

FÁBIO CERQUEIRA CARDOSO

CONSTRUINDO NOTÍCIAS
A ARTE DE APURAR INFORMAÇÕES PARA CONFECÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO

CFCH/ECO

2004

CONSTRUINDO NOTÍCIAS – A ARTE DE APURAR INFORMAÇÕES PARA CONFECÇÃO
DO TEXTO JORNALÍSTICO

FÁBIO CERQUEIRA CARDOSO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Comunicação, Graduação em Comunicação Social,
Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Doutor Muniz Sodré de Araújo Cabral

Rio de Janeiro

2004

CONSTRUINDO NOTÍCIAS – A ARTE DE APURAR INFORMAÇÕES PARA CONFEÇÃO
DO TEXTO JORNALÍSTICO

FÁBIO CERQUEIRA CARDOSO

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação - ECO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Aprovada por:

_____ - Orientador

Prof. Doutor Muniz Sodré de Araújo Cabral
ECO/UFRJ

Prof. Maurício Durão Scheleder
ECO/UFRJ_

Prof. Paulo Roberto Pires de Oliveira Júnior
ECO/UFRJ_

Rio de Janeiro

2004

Cardoso, Fábio Cerqueira.

Construindo Notícias – A arte de apurar informações para confecção do texto jornalístico.

Fábio Cerqueira Cardoso. Rio de Janeiro, 2004.

Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2004.

Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral

1. Jornalismo. 2. Apuração. 3. Entrevista. 4. Monografia (UFRJ/ECO).
I. Sodré, Muniz (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

CARDOSO, Fábio Cerqueira. **Construindo Notícias – A arte de apurar informações para confecção do texto jornalístico**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2004. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo).

Estudo do trabalho de apuração de informações para confecção do texto jornalístico. Através da consulta do material bibliográfico e de entrevistas feitas com jornalistas com experiência neste tipo de trabalho, tenta-se apresentar as técnicas usadas para obter dados para produção das matérias. Também é feita avaliação de como os avanços tecnológicos facilitaram o acesso dos jornalistas às fontes de informação. Por considerar a entrevista como elemento fundamental na apuração, ela receberá atenção especial no desenvolvimento da monografia, principalmente as nuances do contato entre entrevistado e entrevistador. Quais procedimentos devem ser adotados para chegar às informações procuradas? Que tipo de relação deve ser mantida com as fontes (intimidade ou distanciamento)? Como perceber se a relação com a fonte se esgotou e se as informações dadas por ela merecem credibilidade? Também é preciso saber como encurtar os caminhos na busca da informação. Que perguntas fazer? Como saber se todas as informações necessárias para a confecção da matéria já foram obtidas?

CARDOSO, Fábio Cerqueira. **Construindo Notícias – A arte de apurar informações para confecção do texto jornalístico**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 2004. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo).

The study of the work of to find information for making journalistic texts. Through the consultation of bibliography and interviews with journalists with experience in this kind of work, try to introduce the techniques used to obtain information for production of matters. It is also made evaluation of as the technological progresses facilitated the access of the journalists to the sources of information. For considering the interview as a fundamental element, it will receive special attention in the development of the monograph, mainly the nuances of the contact between interviewee and interviewer. Which procedures should be adopted to arrive to the sought information? What kind of relationship should be maintained with the sources (intimacy or estrangement)? As to notice the relationship with the source was it drained and if the information given by her deserve credibility? It is also necessary to know how to shorten the roads in the search of the information. What questions to do? How to know if all the necessary information for the making of the matter was already obtained?

SUMÁRIO

	p.
1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Objetivos da Pesquisa.....	7
1.2 Justificativa de Relevância.....	8
1.3 Abordagem Metodológica.....	11
1.4 Organização do Trabalho.....	12
2 POR QUE APURAR?.....	14
3 TÉCNICAS DE ENTREVISTA.....	22
4 AS NUANCES DA RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES.....	28
5 APURAÇÃO & TECNOLOGIA.....	35
6 ÉTICA (OU A FALTA DELA) NA APURAÇÃO – O CASO ESCOLA BASE.....	45
7 PALAVRA DE QUEM FAZ.....	53
8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	68
9 REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos da Pesquisa

Apresentar uma das etapas mais importantes da produção do texto jornalístico. No contato com os profissionais responsáveis por este trabalho, compreender as estratégias usadas para a realização de uma correta apuração e, conseqüentemente, a obtenção de notícias que mereçam veiculação.

Uma das questões mais importantes é a obtenção de boas fontes. Quais procedimentos devem ser adotados para chegar às informações procuradas? Que tipo de relação deve ser mantida com as fontes (intimidade ou distanciamento)? Como perceber se a relação com a fonte se esgotou e se as informações dadas por ela merecem credibilidade?

Outro tema a ser elucidado durante o desenvolvimento do trabalho é uso da tecnologia na apuração de informações. Quais os aparelhos mais importantes? De que forma estão sendo utilizados? A internet alterou a forma de buscas dados para a produção de matérias? Como aproveitar a infinidade de recursos disponibilizados pelos computadores?

Também é preciso descobrir os caminhos percorridos pelos jornalistas até o momento em que todas as informações necessárias para a confecção da matéria foram obtidas? O que fazer para conseguir pautas que despertem a atenção do público? Como obter novas fontes e fugir daquelas “figurinhas carimbadas” que estão sempre presentes nas aspas dos jornais e nas sonoradas do rádio e da TV?

Também é preciso saber como encurtar os caminhos na busca da informação? Que perguntas fazer? De que forma essas perguntas devem ser feitas? Como saber se todas as informações necessárias para a confecção da matéria já foram obtidas?

É importante frisar que não está entre os objetivos deste estudo avaliar como as entrevistas são utilizadas nas ciências sociais, trabalhando especificamente com as questões envolvidas na prática jornalística. Por se tratar de uma monografia e não uma tese – o trabalho tentará apresentar os padrões gerais que envolvem o trabalho de apuração através dos pontos de vista de jornalistas e teóricos da comunicação.

1.2 Justificativa de Relevância

Longe de ser um tema simples, as questões que envolvem a apuração fazem parte de uma intrincada teia, onde é muito fácil se perder. Várias possibilidades foram consideradas antes que se chegasse à questão central desta monografia. A grande dificuldade a ser ultrapassada é desenvolver um estudo que não trate meramente da análise das entrevistas feitas pelos jornalistas. É preciso compreender todas as ações que envolvem o processo de apuração de informações, desde a chegada do repórter à redação até o momento em que ele se dá por satisfeito e vai para o computador de posse dos dados que necessita para escrever a matéria.

Alguns aspectos contribuem para a relevância do tema. Primeiro em função da importância da apuração para o jornalismo. Não dá para pensar na correta prática da atividade jornalística sem a incessante busca de informações de interesse público. Também vale ressaltar o fato de que, depois de intensa pesquisa bibliográfica, chegou-se à conclusão de que este é um tema pouco explorado. Há vários livros tratando das entrevistas, mas poucos falando especificamente do trabalho de apuração de notícias.

O tema da monografia também não pode ser dissociado dos conceitos difundidos nos cursos de Jornalismo. A experiência do autor mostra que este assunto não é devidamente esmiuçado durante as aulas. Considera-se que o corpo docente poderia inclusive estudar a hipótese da criação de uma disciplina eletiva que tratasse exclusivamente do trabalho de apuração.

Tem-se a impressão de que muitas universidades ainda não se atentaram para o fato de o mercado das empresas de comunicação, em especial aquelas que trabalham com jornalismo, estar cada vez mais competitivo. A cada ano centenas de novos jornalísticas são jogados num mercado cada vez mais restrito. Sendo assim, todo conhecimento acumulado durante a passagem pelo curso pode fazer diferença. O arcabouço teórico é bastante relevante, mas a questão prática da

profissão não pode ficar em segundo plano. É inadmissível que o futuro repórter saia da universidade sem a noção da importância da confecção de uma boa agenda e sem saber como abordar uma fonte.

Sendo assim, o presente trabalho pode se configurar numa referência para esses alunos, dando informações sobre a postura do apurador, elemento decisivo no processo de construção do texto jornalístico.

Após rápida pesquisa em bibliotecas convencionais e virtuais, encontrou-se algum material tratando da coleta de informações, principalmente sobre as técnicas de realização da entrevista jornalística. Contudo, considerou-se necessária a realização de entrevistas com os profissionais que convivem com o trabalho de apuração. Três jornalistas – de diferentes veículos de comunicação – foram ouvidos, a fim de trazer novas questões para debate.

Mesmo reconhecendo que a explanação tem de ir além da avaliação das técnicas de entrevista, não há como negar que este é um dos tópicos importantes do trabalho. Sendo assim, decidiu-se dedicar um capítulo exclusivamente para estudar essa atividade. Foram avaliados estilo, estratégia, apresentação, preparo do repórter, ética da relação com o entrevistado e tipos de documentação, a partir da visão de teóricos e jornalistas experientes nessa técnica.

Entender a entrevista como algo além de perguntas feitas pelo jornalista a uma celebridade, ou personalidade importante, a fim de obter respostas pré-pautadas; fundamentalmente o diálogo que visa a quebra de isolamentos individuais, grupais ou sociais.

A palavra diálogo é fundamental para compreender o tipo de relação a ser avaliada neste trabalho. Algo que fuja de questionários engessados e do dirigismo do entrevistador para se converter num dos braços da comunicação humana, no qual o entrevistado tem a possibilidade de decidir qual o rumo de seu pensamento e de seu comportamento. O bom apurador tem que saber ouvir, estar atento para fazer os cortes necessários a fim de obter as informações que necessita e tirar o melhor proveito dessa relação.

É importante descobrir as especificidades das entrevistas feitas pelos jornalistas. Como obter boas fontes? Como encontrar o entrevistado certo para determinado assunto? Quais

informações devem ser acumuladas antes da entrevista? Como fazer o encadeamento das perguntas? Com quanta antecedência deve ser marcada a entrevista?

E as reações do entrevistado; como captá-las e transferi-las para a matéria? Como atingir a “caixa preta” do entrevistado? Como não irritar o entrevistado, conquistando sua atenção e respeito? Qual a melhor forma de documentação, gravar ou anotar? Todo material deve ser anotado ou apenas palavras chaves para que o diálogo não seja prejudicado? Como lidar com a timidez, inibição ou prudência do entrevistado? O que fazer quando o entrevistado se nega a dar informações?

Também é preciso avaliar as diferentes formas de abordar o entrevistado. Numa época em que as pessoas usam tanto o correio eletrônico, vale a pena gastar algumas linhas para falar das entrevistas feitas por e-mail. Quando esse recurso deve ser utilizado? É indiscutível que o uso da Internet transforma radicalmente as relações de espaço e tempo, encurtando distâncias instantaneamente, mas como garantir que as respostas dos questionários enviados por e-mail realmente chegarão? Como compensar todas as informações que só podem ser obtidas no contato cara-a-cara?

A ética do relacionamento entre jornalistas e fontes também será avaliada na monografia. Como isso funciona na prática? Quais os direitos do entrevistado? Pode haver amizade entre jornalista e fonte? Até que ponto a intimidade pode afetar esta relação?

Para facilitar a análise da conduta ética dos jornalistas, escolheu-se um tema exemplar de como um trabalho de apuração não deve ser feito; as notícias que trataram do suposto abuso de crianças na Escola Base, em São Paulo. Faz-se necessário ressaltar que não é um dos objetivos do trabalho identificar nesse caso o tipo de cobertura jornalística produzido no Brasil. A avaliação da cobertura desse caso tem como objetivo explicitar os erros que podem ser cometidos durante a procura de informações.

Um dos maiores obstáculos a serem enfrentados durante a elaboração do trabalho é a infinidade de situações a serem apuradas. Sendo assim, por mais que apresentem técnicas pertinentes, é provável que jornalistas e teóricos não as considerem válidas para qualquer tipo de

abordagem. É impossível obter a opinião de cada um deles sobre todo tipo de apuração. É algo que deve ser aprendido a cada dia, a cada novo fato que mereça a cobertura jornalística.

1.3 Abordagem Metodológica

Esta monografia pode ser classificada como de análise teórico-empírica. O trabalho foi iniciado com a busca do material bibliográfico necessário para dar suporte ao seu desenvolvimento. Várias tentativas foram feitas em bibliotecas convencionais ou virtuais, dentro e fora da universidade, para encontrar informações que tivessem relação com a questão central da monografia. Por considerar o material insuficiente, decidiu-se realizar pesquisa exploratória de campo que permita descrever os procedimentos necessários para a realização da apuração.

Para elaborar esta descrição, decidiu-se realizar entrevistas com os profissionais que procuram as informações que serão relatadas pelos veículos de comunicação. Questionários foram apresentados a três repórteres com trajetórias profissionais bem distintas, mas com a mesma paixão pela apuração de notícias. São eles: Ricardo Ferreira, repórter do Sistema Globo de Rádio; José Messias, repórter da editoria de Cidades do jornal Extra; e Chico Otávio, repórter da editoria Nacional do jornal O Globo.

Um questionário com as mesmas perguntas foi levado para o encontro com os jornalistas, a fim de facilitar a posterior confrontação das opiniões por eles apresentadas. A partir destas respostas, as opiniões foram comparadas entre si, numa tentativa de construir um painel de especialistas, identificando pontos de convergência e de divergência.

Em função da receptividade dos profissionais consultados ao tema proposto na monografia, todas as entrevistas foram feitas pessoalmente. Os encontros foram gravados e posteriormente transcritos, na crença de que, assim, uma quantidade maior de material para análise fosse obtida.

A partir das comparações das opiniões dos jornalistas e da análise das referências usadas no trabalho, espera-se chegar às conclusões e recomendações finais do estudo sobre o trabalho de apuração e pré-produção do texto jornalístico. Atenção especial será dada às limitações do trabalho e às sugestões para futuros estudos.

1.4 Organização do Trabalho

No primeiro capítulo, apresenta-se um resumo dos acontecimentos que norteiam o desenvolvimento do trabalho. Dividido em seis subitens, ele tem por objetivo mostrar a relevância do tema, os meios utilizados para a coleta de informações, as dificuldades encontradas durante a sua execução e as transformações necessárias para que se chegasse ao resultado final da monografia.

O segundo capítulo mostra a importância do trabalho de busca de informações para construção do texto jornalístico, suas peculiaridades, técnicas e rotinas. Também são citados exemplos de como a apuração sempre esteve associada ao jornalismo, desde os tempos mais remotos.

Os procedimentos adotados pelos jornalistas na realização de entrevistas são apresentados no terceiro capítulo. São apresentados os diferentes tipos de entrevista e sugestões de como elaborar as perguntas a fim de obter mais informações.

No quarto capítulo são descritas as nuances da relação entre jornalistas e fontes. Tenta-se desfazer a idéia de que o jornalista tem o total controle da situação, mostrando os interesses da fonte no tratamento das informações que ela oferece. Questões como o uso do off – as informações que não podem ser associadas ao nome da fonte – e a possibilidade de ocultação do conteúdo da matéria e até da identidade do jornalista durante a apuração.

O quinto capítulo registra a interferência dos avanços tecnológicos no processo de apuração de notícias. É avaliado se os jornalistas estão usando devidamente aparelhos como o

computador e o telefone celular. Atenção especial é dedicada à forma como os sites noticiosos e os blogs reúnem as informações que disponibilizam na internet.

O sexto capítulo é reservado para a avaliação da conduta ética dos jornalistas durante a busca de informações para a confecção das matérias. A fim de facilitar a observação dos vários momentos em que a ética jornalística é colocada em xeque, fez-se um estudo do caso da cobertura dada pela mídia ao suposto abuso de crianças numa escola em São Paulo.

O sétimo capítulo exhibe as opiniões de três jornalistas sobre o trabalho de apuração. As diferentes opiniões são confrontadas a fim de debater questões que tivessem ficado de fora do trabalho.

No oitavo e último capítulo, é apresentada a visão do autor sobre o trabalho de apuração das informações que compõem o texto jornalístico. A partir das revelações feitas pelos jornalistas e professores, são propostas ações que possam otimizar essa atividade. Também são dadas sugestões para futuros estudos tendo como base informações coletadas no trabalho.

1 POR QUE APURAR?

O verbo apurar transcende os limites da prática jornalística. O dicionário Aurélio apresenta 20 diferentes definições para o verbo, entre elas: livrar de impurezas; afinar; juntar; cobrar; aguçar e concentrar-se, tornar-se mais suculento, por meio de ebulição demorada. Mas a compreensão que buscamos no presente trabalho é aquela ligada à tentativa de conhecer ao certo, averiguar, indagar; a essência do trabalho jornalístico. Juarez Bahia vai além:

“Averiguar, indagar, questionar, esclarecer, romper convencionalismos e reservas, dirimir dúvidas, conhecer e conferir as diferentes versões de um acontecimento é o que se apura na notícia. A apuração é o mais importante para a notícia, da mesma forma como a notícia é o mais importante para o jornalismo” (BAHIA, 1990, p.40.).

Para um jornalista, tão importante quanto escrever bem é saber apurar informações. A explicação é simples: para ser fiel ao que relata, a notícia precisa antes ser corretamente apurada:

“[...] qualidade de texto e qualidade de apuração andam juntas. A matéria bem apurada dá a impressão de se escrever quase sozinha. E muitos defeitos do texto ruim nascem de apuração deficiente; a falta de fatos deixa buracos que nenhum artifício de estilo consegue tapar” (GARCIA, 2001, p.13.).

Juarez Bahia considera que a apuração deve ser feita com o maior rigor possível:

“Não deixar indagação sem resposta é uma exigência da notícia, que deve dar aos seus destinatários a visão mais ampla e mais precisa do acontecimento. Mesmo quando os detalhes apurados pareçam irrelevantes ao repórter. Pormenores na aparência insignificantes podem se tornar preponderantes no desenvolvimento da história. A exatidão é essencial não só quanto ao núcleo da notícia, mas também em relação a toda ela. Incorreções de números e nomes, datas e lugares afetam a credibilidade do veículo e obrigam-no a correções que seriam desnecessárias se a apuração fosse atenta. Confirmar e reconfirmar dados como esses antes da publicação é aconselhável” (BAHIA, 1990, p.40.).

O jornalista Ricardo Noblat pensa da mesma forma e acrescenta que o repórter deve ser o mais cético possível em relação às informações que apura:

“Não acreditem na primeira versão sobre o que quer que seja. Nem na segunda, mesmo que ela coincida ou se pareça com a primeira. Sejam céticos. Extremamente céticos. Duvidem de tudo e de todo mundo. Duvidem de vocês mesmos, da própria capacidade de apurar bem. Duvidem até do que imaginam ter visto. Duvidem da memória. Por isso, apurem mais. [...] Acreditamos no que queremos acreditar, essa é que é a verdade! E, diante de uma história que nos pareça tão boa, tudo fazemos para acreditar nela. Queremos que seja verdadeira – e por isso saímos atrás de indícios que a confirmem. Não saímos atrás de indícios que provem sua veracidade ou que simplesmente a neguem. Cegamos com muita frequência diante de índios que poema história em dúvida. Antes de acreditar em algo o jornalista deve duvidar. E só crer quando esgotar todas as dúvidas e não lhe restar alternativa senão crer” (NOBLAT, 2002, p.54.).

Segundo Noblat, todas as perguntas, por mais simples que pareçam ser, devem ser feitas:

“O bom repórter é o repórter burro, decretou o jornalista Elio Gáspari quando era diretor-adjunto da revista Veja. Repórter burro é o que não tem vergonha de perguntar. Ele, pergunta, pergunta, pergunta e retorna à redação com todas as dúvidas esclarecidas. E com todas as informações que precisa para escrever sua matéria” (NOBLAT, 2002, p.67).

O jornalista Gilberto Dimenstein acredita que o nome do jornalista e do veículo para o qual trabalha alteram as rotinas de apuração, mas o desejo de garimpar novas informações é crucial:

“[...] o jornalista que perdeu a curiosidade, e não tem a humildade de se admitir capaz de levar uma rasteira do imprevisível, é uma presa fácil na guerra da informação. É parecido a andar de bicicleta. Quando se para de pedalar, a velocidade se reduz a zero. Alguns jornalistas desfrutam de mais vantagens na batalha da notícia por trabalharem em jornais mais importantes ou, pelo tempo de profissão, terem cultivado mais contatos, mas sabem que se deixarem de pedalar, a bicicleta da informação pára. O “foca” (iniciante) comete tantos erros com seu deslumbramento apressado como o veterano que se imagina acima das surpresas, dominado pelo tédio de quem já viu de “tudo” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.23.).

Juarez Bahia enumera as diferentes técnicas usadas para a coleta de informações:

“A apuração da notícia pode ser feita pela observação direta; pela simples coleta (via telefônica, mediante testemunho); pelo levantamento das circunstâncias, indícios e outros elementos; pela investigação (que é uma forma especializada de observação direta); pelo despistamento (com o emprego de formas indiscretas ou incomuns que contudo não contrariam a ética profissional); pela comprovação (método usual entre os que recolhem

certas informações confidenciais ou reservadas que para serem publicadas exigem uma prévia confirmação de alguma fonte envolvida no assunto); pela análise (quando a notícia deve passar por um processo crítico ou por uma confrontação de dados relativos que permitam uma perspectiva do acontecimento” (BAHIA, 1990, p.40.).

O autor destaca a mais eficaz das formas de apuração:

“Nenhum destes tipos de apuração é mais importante que o da observação pessoal, direta, que envolve física e mentalmente o repórter com os fatos no momento e no local em que ocorrem. É o modo mais eficiente de cobrir um assunto porque identifica o repórter com a ação, seus efeitos, seus participantes e as reações que possam gerar de imediato” (BAHIA, 1990, p.40.).

Tarefa das mais complicadas, além de pouco pertinente para a monografia, seria tentar estabelecer um marco para o nascimento do jornalismo. Para alguns, a primazia jornalística caberia ao periódico *Nieuwe Tijdinghen*, criado em 1605 na cidade de Antuérpia, na Bélgica. Outros buscam exemplos nos tempos mais remotos, como as *Acta Diurna*, folhas de notícias da vida romana escritas a pedido do imperador Júlio César, no ano 59 a. C.

Mesmo estando separadas por séculos, as duas experiências têm algo em comum: a necessidade de algum “contador de histórias” disposto a coletar dados e dispô-los de maneira organizada a fim de informar alguém, seja nas vielas da Roma antiga ou nas ruas de Amsterdã do século XVII. A experiência belga traz ainda um curioso exemplo do trabalho de apuração em áreas remotas, sem o auxílio de telefones celulares ou da internet. Segundo Ricardo Noblat, o primeiro jornal da Europa usava informações coletadas pelos mercadores em suas viagens pelo mundo. (NOBLAT, 2002, p.164.).

A preocupação com o bom trabalho de apuração pode ser observado nos primórdios da imprensa brasileira. Segundo o historiador Alexandre Passos, mesmo estando exilado em Londres, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça conseguia colocar no seu *Correio Brasiliense* as principais notícias brasileiras:

“Através do seu periódico, Hipólito da Costa combatia a escravidão e concitava os brasileiros a conquistarem a independência pátria o mais cedo possível. Os atos da regência de Portugal e do governo de D. João VI, no Brasil, eram analisados em linguagem candente e elevada. O jornalista estava a par de todos os assuntos brasileiros, provando, dessa forma, ter bons agentes que, minuciosamente, tudo lhe informavam. Episódios palacianos, ignorados do povo do Rio de Janeiro, chegavam ao seu conhecimento” (PASSOS, 1952, p.59.).

A questão chave a ser resolvida no trabalho de apuração é a busca de uma versão, ou de versões, que se aproximem do fato a ser noticiado. Mas o fato ficou no passado e não há como obter o testemunho da verdade. Nas palavras do jornalista Ricardo Noblat:

“[...] a verdade não é algo claramente identificável. A verdade é questão de julgamento relativo. Os jornalistas aprendem desde cedo que devem perseguir a verdade a qualquer preço. Mas quando se deparam com uma notícia e são obrigados a servi-la à consideração do distinto público, só então descobrem que a essência de sua missão não é escrever a verdade. Cabe aos jornalistas escolher a verdade! Querem responsabilidade maior do que essa? Deveríamos ser pessoas corcundas, vergadas pelo peso da tarefa de chegar a verdade” (NOBLAT, 2002, p.38.).

O jornalista Clóvis Rocha tem opinião semelhante sobre a busca da verdade no trabalho de apuração:

“[...] o repórter persegue esse ser chamado verdade, quase sempre inatingível ou inexistente ou tão repleto de rostos diferentes que se corre permanentemente o risco de não conseguir captá-los todos e passá-los todos para o leitor/ouvinte/telespectador. Há alguns anos, em uma palestra em São Paulo, Carl Berstein, o repórter do Washington Post que, com Bob Woodward, desvendou o caso Watergate e levou o presidente Richard Nixon à renúncia, definiu jornalismo assim: “A melhor versão da verdade possível de se obter” (ROSSI in DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.10.).

Ricardo Noblat e Clóvis Rossi também concordam que, na apuração de notícias, a determinação faz mais diferença que o talento:

“Para executá-la, sejamos francos, exige-se muito mais transpiração do que inspiração. Mais esforço físico do que intelectual. Exige que se gaste a ponta do dedo telefonando para todas as pessoas que possam dar ao menos um fragmento de informação. Exige que se gaste a bunda nos sofás das ante-salas de autoridades e “otôridades”, na espera de que elas atendam o repórter e lhe dêem mais um pedacinho de informação. Exige que se gastem as pernas e as solas dos sapatos andando atrás de passeatas, comícios ou fugindo da polícia” (ROSSI in DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.11.).

“O bom repórter não desiste da notícia. Nunca. Quando fareja a presa, persegue-a até acua-la. Uma vez que a deixa sem saída, cai sobre ela matando-a. Talento, só, não basta. Um jornalista pode ser menos talentoso do que outro, porém mais determinado, persistente e teimoso. O determinado vence o talentoso” (NOBLAT, 2002, p.50.).

Diante de uma missão tão complexa, a pressa, segundo Noblat, é a maior inimiga dos jornalistas:

“Espanto-me com a pressa que move os jornalistas à caça de verdades; a presa que empregam na apuração delas; e novamente a pressa com que as transmitem aos leitores. A pressa é a culpada, nas redações, pelo aniquilamento de muitas verdades, pela quantidade

vergonhosa de pequenos e grandes erros que borram as páginas dos jornais e pela superficialidade de textos que desestimulam a reflexão. Apurar bem exige tempo” (NOBLAT, 2002, p.38.).

Noblat dá dicas de como obter informações para contar uma história com riqueza de detalhes:

“À medida que apurarem, comecem a esboçar mentalmente o texto que escreverão depois. Assim descobrirão mais facilmente que informações faltam ou sobram. Não deixem de para pensar no texto diante do terminal de computador. A importância de um fato é que determina a extensão de uma notícia. Mas mesmo uma notícia de umas 30 linhas, digamos, ganhará mais credibilidade se o repórter contá-la em detalhes” (NOBLAT, 2002, p.42-43.).

Para o autor, a percepção aguçada é um dos principais requisitos para um bom apurador, pois a notícia pode estar em qualquer lugar:

“A notícia pode estar no ambiente em que se passou determinada história. A notícia pode estar no silêncio de uma pessoa entrevistada. A notícia pode estar no nervosismo de alguém. Há, portanto, que estar atento a tudo. E há que ter faro para identificar a notícia onde quer que ela esteja. Faro. É o que faz a diferença entre um bom repórter e um repórter medíocre” (NOBLAT, 2002, p.44.).

Ricardo Noblat cita o jornalista Bob Fernandes como um exemplo de percepção na apuração, capaz de farejar notícia onde ela parece não existir. Noblat descreve um dos trabalhos de apuração feitos por Bob Fernandes:

“Em outubro de 1996, logo depois das eleições gerais vencidas com folga pelo PMDB, houve uma revolta popular no centro de Brasília, que culminou com queima de ônibus e saque de vários pontos comerciais. A população estava inconformada com o plano econômico adotado pelo governo do presidente José Sarney e batizado com o nome de Cruzado 2. [...] O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem do governo, entregou aos jornais no dia seguinte à revolta fotografias que mostravam a “ação de baderneiros” ou de “perigosos subversivos”. O ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves chegou a falar de “guerrilheiros urbanos”. Uma das fotos mostrava um rapaz sem camisa com o rosto semicoberto por um pano e segurando em uma das mãos um objeto cilíndrico que mais parecia uma lata. O rapaz participava do saque a um supermercado. Um oficial do SNI insinuou aos jornalistas que o objeto poderia ser uma bomba. Na época, Bob era repórter da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília. Ele decidiu tentar identificar o rapaz portador do objeto misterioso. Foi o único repórter a interessar-se pelo assunto. Localizou-o depois de uma semana de investigação. Era um lavador de carros. E o tal objeto era uma lata de Nescau que ele roubara. “O guerrilheiro Nescau” foi o título dado pelo jornal à entrevista de uma página feita por Bob com o rapaz. Ela desmoralizou o discurso alarmista dos porta-vozes do governo” (NOBLAT, 2002, p.44.).

Noblat não aceita a idéia de que o jornalismo de investigação foi inventado nos Estados Unidos, na década de 1970. Segundo ele, apurar e investigar são sinônimos:

“Investigar é apurar. Vocês não podem contar nem mesmo como foi um acidente de trânsito se não o investigarem. A investigação pode exigir maior ou menor esforço, durar muitos ou poucos dias, custar caro ou barato ao jornal, mas impossível prescindir dela. Sem investigação não se faz jornalismo de boa qualidade” (NOBLAT, 2002, p.45.).

Os limites da privacidade das personagens retratadas nas notícias sempre geram discussão entre os jornalistas. Para Gilberto Dimenstein, o interesse público se sobrepõe à privacidade alheia:

“O jornalismo sério não deve invadir a vida privada. A rigor, é irrelevante saber se o ministro é homossexual, se o chanceler tem caso com suas secretárias ou se o presidente namora atrizes de televisão. A vida particular, entretanto, ganha importância caso o namoro do presidente com a atriz interfira na administração pública. Ou porque ele esquece seus afazeres ou por empregar parentes e amigos de sua amante” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.43.).

Dimenstein alerta para o fato de que os jornalistas devem se precaver a fim de não cair na armadilha da contra-informação, publicando boatos infundados:

“Reportagens que implicam abalos em carreiras são pântanos de contra-informação, deixando seus autores próximos de risco de processos por calúnia, injúria ou difamação. Quando a primeira reportagem é publicada, os desafetos da pessoa apontada por deslizos telefonam para o jornal, dando pistas, a fim de se vingarem. Recebi cartas anônimas [...] que serviram de matéria-prima para emocionantes obras de ficção, a maioria delas movidas a pura intriga e invencionice. O repórter corre o sério risco de se tornar vítima de manipulações e, quem sabe, de processos na Justiça” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.23.).

O jornalista dá algumas dicas de como se resguardar durante a apuração de reportagens sobre corrupção:

“Nas reportagens de corrupção, a melhor saída é municiar-se de documentos – eles não precisam ser publicados, mas serão o escudo do repórter em caso de investidas dos envolvidos em irregularidades. Mesmo com documentos cristalinos, porém, os envolvidos reagem, numa tática – correta, aliás – de embaralhar a discussão e dar margem aos advogados de defesa, que costumam desencavar argumentos convincentes para mostrar que o negócio realizado era regular ou legal. Daí ser imprescindível o repórter manter uma azeitada agenda com nomes de especialistas em Contabilidade, Direito e Economia, capazes de ajudá-lo a enfrentar os articulados argumentos da defesa do envolvido em falcaturas” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.50.).

Mas boatos bem apurados podem originar boas matérias, como mostra Ricardo Noblat:

“Garimpei boas notícias correndo atrás de boatos. Um deles, nos idos de 1980, dava conta de uma crise cardíaca que acometera o então presidente João Batista Figueiredo. Era um domingo e eu estava de plantão na sucursal de Brasília do Jornal do Brasil. O porta-voz do governo disse que tudo não passava de boato. Meia dúzia de boas fontes com acesso direto ao presidente garantiram que ele passava muito bem. Mas outra fonte, na qual sempre confiei e que nunca me dera uma informação errada, confirmou que Figueiredo se sentira mal. E que os médicos que o atenderam na Granja do Torto diagnosticaram o mal como problema cardíaco. O jornal do Brasil publicou a notícia com descrição no dia seguinte. Choveram desmentidos oficiais, e somente desmentidos. O jornal se sentiu obrigado a publicá-los. Dali a poucas semanas, o presidente viajou aos Estados Unidos para operar o coração” (NOBLAT, 2002, p. 59.).

Um dos momentos mais constrangedores na aplicação das técnicas de apuração, segundo o jornalista e o historiador Robert Darnton, é ter que obter “reações” dos parentes de alguém falecido recentemente. Ele admite que, para evitar tal situação, chegava a utilizar um dos recursos mais criticados no trabalho jornalístico: a invenção de personagens ou citações:

“Eu apreendi a não me chocar com “cortes” e até “puladores” (suicidas que saltam de prédios), mas nunca superei minha surpresa com a capacidade dos repórteres em conseguir “reações” informando os pais da morte de seus filhos: “Ele sempre foi um menino tão bom”, exclamou a sra. MacNaughton, com o corpo sacudido por soluções. Quando eu precisava dessas citações, costumava inventá-las” (DARNTON, 1995, p.93.).

A obtenção do furo jornalístico, ou seja, oferecer a informação aos receptores antes dos concorrentes, sempre foi um dos objetivos do trabalho de apuração. Entretanto, a necessidade de sobrevivência num mercado cada vez mais saturado levou a formação de verdadeiros pools de jornalistas envolvidos na cobertura de um mesmo fato. Para preservar o emprego, os repórteres passaram a se preocupar mais em fugir do furo do que procurá-lo, como mostra o estudo feito pela professora Zélia Leal Adghirni sobre a produção da notícia na área política e econômica em Brasília:

“Quando o assunto é de domínio comum (votação no Congresso, entrevista coletiva etc.), os repórteres, inclusive os representantes dos principais concorrentes costumam trocar idéias e “fechar” a matéria com o mesmo lead (daí que os jornais, todos, têm a “mesma cara” no dia seguinte). Pela nossa observação concluímos que a prática é adotada entre os jornalistas para se proteger mutuamente de eventuais cobranças das chefias” (ADGHIRNI in PORTO, 2002, p.455.).

A troca de informações entre jornalistas de veículos concorrentes não é um fenômeno recente. O jornalista e historiador Robert Darnton viveu essa situação quando trabalhou na editoria de Cidades do The New York Times na década de 1960:

“Em algumas salas de imprensa, apenas um faz todo serviço de ir atrás, isto é, a pesquisa, enquanto os outros jogam pôquer. Depois de juntar os fatos, ele os dita para o grupo, e cada um escreve sua versão da matéria ou passa-a por telefone para um redator em sua seção de Cidades. Se alguém está sendo pressionado em sua seção, há um acordo tácito de que pode fazer outros telefonemas para conseguir citações exclusivas, “cor” e “ângulos”, mas a pessoa sofreria censura se fizesse isso por conta própria. Depois de uma consulta sobre a notícia, eles se reúnem, filtrando as impressões e sondando uns aos outros sobre a “matéria”, até chegarem a um consenso e poderem alinhar variantes do mesmo começo de reportagem” (DARNTON, 1995, p.84.).

O manual de redação do jornal O Globo condena tal prática:

“Com frequência, repórteres de diferentes publicações trabalham lado a lado. O concorrente merece respeito e lealdade, mas não deixa de ser concorrente. A não ser nos casos especiais em que as empresas jornalísticas são forçadas a aceitar a criação de pools de cobertura, ninguém pode fazer nem aceitar o trabalho alheio; acordos entre repórteres para tratamento igual de assuntos ou a decisão de guardar histórias para publicação simultânea violam a ética profissional” (GARCIA, 2001, p.15-16.).

Tão importante quanto obter novas informações sobre uma história é contextualizá-la, de maneira a facilitar a compreensão do público. Ricardo Noblat avalia a questão:

“Quando se trata de um assunto que se arrasta por muito tempo no noticiário, os jornalistas esquecem de contextualizá-lo a cada notícia que publicam. Não se pode partir do pressuposto que todos os leitores lêem todas as notícias diariamente. Até porque não lêem mesmo. Mas eles têm o direito de entender tudo que se publica” (NOBLAT, 2002, p.74).

Outro delicado momento para o jornalista é decidir o momento de concluir a apuração, pois a matéria precisa ser veiculada:

“É melhor sobrar informação do que faltar, já disse. Digo agora que vocês não devem seguir apurando indefinidamente uma notícia. Há um momento de dar a apuração por finda e escrever. Excesso de informações torna confusa uma matéria. Matéria não é árvore de natal onde se penduram bolas. Se vocês têm na mão uma história com começo, meio e fim, e têm detalhes que a tornam verossímil, vocês têm uma matéria. Sentem e escrevam” (NOBLAT, 2002, p.50.).

3 TÉCNICAS DE ENTREVISTA

Há muitos tipos de entrevista, para os mais variados fins. De alguma forma o interrogatório que o delegado faz do detento é uma entrevista. Também leva este nome o questionário ao vivo que um candidato a emprego responde no Departamento de Recursos Humanos da empresa onde deseja trabalhar. É a entrevista que o médico usa para sondar a saúde do paciente. É com entrevista - isto é, com perguntas e respostas - que o cientista social se documenta no campo para montar o relatório de sua pesquisa.

No jornalismo a diferença é que o resultado dessas perguntas e respostas destina-se à publicação. Isto é, o entrevistador é um intermediário entre o leitor e o entrevistado. Colocando-se no lugar do leitor, o repórter deverá ter sensibilidade para imaginar o que o leitor espera que ele pergunte. Muitas vezes tem que pensar rápido na condução da entrevista, sem aquela tranqüilidade de que desfruta o médico, o cientista e até o delegado.

Como fazer a apuração das informações necessárias para a confecção do texto jornalístico sem a entrevista? Reconhecendo-se a importância da entrevista para o jornalismo, resolveu-se esmiuçar seus conceitos básicos neste capítulo. No Aurélio, encontramos a seguinte definição: “Comentário ou opinião fornecida a entrevistadores para ser divulgado em jornal, revista ou através do rádio ou da televisão”. Luiz Amaral define a entrevista como:

“Conjunto de declarações de pessoa de destaque, permanente ou circunstancial, com autorização implícita ou formal para torná-las públicas, muitas vezes indiscretas, concedidas nem sempre com boa-vontade e disposição e na maioria dos casos arrancadas à força de muito tato e astúcia do entrevistador.” (AMARAL,1982, p.80.).

A jornalista e professora Cremilda Medina também tem sua definição para a entrevista. Segundo ela, se for considerada apenas uma técnica eficiente para obter respostas pré-pautadas por um questionário, a entrevista não promoverá a comunicação entre pessoas. Para alcançar tal intento, Medina afirma que a entrevista tem que possibilitar o diálogo. A autora acredita que quando o diálogo acontece, entrevistado e entrevistador saem alterados do encontro:

“A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano” (MEDINA, 2002, p. 8.).

Nilson Lage dá quatro classificações para as entrevistas: ritual, geralmente breve, seu interesse está mais em expor o entrevistado do que o que ele tem a dizer. É o que acontece nas entrevistas com jogadores de ou técnicos após uma partida. Há também a entrevista temática, aquela feita com um expert ou alguém que se creia ter condições para discorrer sobre um tema. Outro tipo de entrevista é a testemunhal, que seria o relato de alguém sobre um fato do qual participou ou assistiu. E finalmente a entrevista em profundidade, cujo objetivo é construir um “ensaio” sobre determinada personagem (LAGE, 2001, p. 74)

Lage considera a palavra entrevista ambígua, significando: a) qualquer procedimento de apuração junto a uma fonte capaz de diálogo; b) uma conversa de duração variável com personagem notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesse para o público; c) a matéria publicada com as informações colhidas em (b).

Independente do tipo de entrevista, o jornalista será sempre o intermediário entre o entrevistado e o público. O estilo adotado pelo entrevistador será decisivo para a definição do tipo de entrevista a ser empregada. Por mais que todos os repórteres façam a mesma coisa: perguntas, é óbvio que a partir de sua formação pessoal e profissional, cada um deles utilizará diferentes estratégias para conseguir boas respostas.

Fábio Altman ressalta a importância da correta intervenção do repórter ao entrevistar: “perguntas frouxas e equivocadas pressupõem respostas do mesmo teor. A inteligência das questões e a descoberta do mote correto podem transformar conversas aparentemente inócuas em grandes depoimentos.” (ALTMAN, 1995, p. 21).

Alguns vêem a entrevista como a obtenção de respostas pré-pautadas por um questionário. Mas dificilmente tal prática será útil para a comunicação jornalística se for vista como uma simples técnica. Segundo Cremilda Medina: “esta (entrevista) – fria nas relações entrevistado x entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo.” (MEDINA, 1995, p. 5)

O professor Mário Erbolato destaca que “a entrevista é um gênero jornalístico que requer técnica e capacidade profissional. Se não for bem conduzida, redundará em fracasso” (ERBOLATO, 1991). Já Joseph Folliet lembra que: “esse gênero exige muita intuição, delicadeza, perfeito conhecimento do assunto, do entrevistado, de sua vida e de sua obra, uma grande probidade – um exterior, enfim, que inspire confiança e incite à confidência” (FOLLIET apud AMARAL, 1982).

É pouco provável que o jornalista consiga fazer uma boa entrevista sem o devido conhecimento a respeito do assunto a ser abordado. Para isso, é fundamental um árduo trabalho de pesquisa sobre o entrevistado. Tal afirmação é validada por Luiz Amaral:

“Se ele não tiver conhecimentos gerais a respeito do entrevistado, não dominar, de certo modo, o tema a abordar, não souber fazer indagações e não conduzir com inteligência a palestra, sua chance será mínima de obter algo interessante para transmitir ao leitor” (AMARAL, 1982, P.83.).

O jornalista, mesmo com infinidade de pautas diárias, não tem desculpa por chegar desinformado a uma entrevista. O desenvolvimento das tecnologias da comunicação, principalmente a Internet, facilitou sobremaneira o acesso à informação. Cremilda Medina dá algumas dicas sobre a postura do jornalista ao se preparar para uma entrevista:

“Para isso, recorrer ao arquivo de referências da empresa jornalística (se o tiver organizado) é uma prática necessária, até mesmo para aqueles que se julgam conhecedores do tema da pauta. Ler os textos da pasta, ou as pastas do assunto, reunidas no arquivo, é uma prática técnica fundamental. Se o veículo de comunicação não proporcionar condições e um mínimo de tempo para efetuar essa leitura prévia, arrisca-se a um subaproveitamento da pauta” (MEDINA, 1995, P. 28.).

Para ser bem-sucedido nas entrevistas, obtendo as declarações necessárias para a confecção da matéria, o jornalista precisa dominar algumas técnicas. Tão importante quanto as perguntas a serem feitas é saber se comportar diante do entrevistado. É comum que o contato entre duas pessoas, muitas vezes entranhas uma a outra, acabe por bloquear ambas. Com o jornalista caba sendo mais complicado, pois, muitas vezes, ele é visto como um invasor de privacidade, tornando público o que o interlocutor preferiria manter oculto.

Confiança é a palavra chave e, para conquista-la, é fundamental que o jornalista aja com cautela diante do entrevistado. Mas como estabelecer um clima de respeito e simpatia nessa relação? Para alguns profissionais, a frieza inicial de uma conversa pode ser quebrada, desviando o assunto inicial para um outro tema que desperte a atenção do entrevistado.

O bom entrevistador também saberá utilizar o silêncio como aliado. É fundamental que o jornalista saiba escutar o que o entrevistado tem a dizer. Para Nilson Lage, “numa entrevista a estrela é o entrevistado. Por mais conhecido ou vaidoso que seja o repórter, espera-se dele discrição, como coadjuvante...” (2001, p.80). O repórter precisa ter o feeling para saber quando

interromper o entrevistado, evitando que ele fuja do assunto. Até porque, informações importantes podem surgir de explicações empolgadas do entrevistado.

Uma das piores situações para um entrevistador é quando o entrevistado foge de todas as suas perguntas. Segundo Joelmir Beting, “a fuga declarada perverte o encontro e é o maior desastre que pode acontecer numa entrevista” (TRAMONTINA, 1996, p. 84). Entretanto, a insistência e a perspicácia do jornalista, podem transformar respostas dissimuladas no lide da matéria.

Muito discutida entre os entrevistadores é a necessidade ou não da elaboração de um questionário antes da entrevista. Esse roteiro pode evitar que o jornalista perca tempo, algo tão essencial quanto o ar nestes dias tão competitivos, durante as entrevistas. Por outro lado, o entrevistador não pode impedir a ampliação de seus horizontes, com o surgimento de novas questões a partir das respostas do entrevistado. É fundamental encontrar o equilíbrio entre a necessidade de intervenção e a possibilidade de ser surpreendido.

Mas o jornalista não pode perder de vista que, numa entrevista, ele é o condutor. Para isso, é decisivo que o entrevistador reúna o máximo de informações a respeito do entrevistado. Segundo Carlos Tramontina:

“A estratégia mais profunda é aquela baseada na informação: jamais um entrevistado experiente conseguirá fugir das perguntas ou esconder os fatos se diante dele estiver sentado um entrevistado cheio de informações” (TRAMONTINA, 1996, p. 15.).

Por mais que se tente desenvolver técnicas para a realização de uma boa entrevista, umas das principais conclusões a que se pode chegar neste capítulo é que não há uma receita a ser seguida pelos entrevistadores. Cada repórter acaba desenvolvendo seus truques, opiniões e estabelece seus próprios limites para a relação com o entrevistado. O que se tentou fazer foi descrever algumas facetas das estratégias utilizadas.

Uma das questões primordiais na realização de uma entrevista é ter confiança naquilo que está sendo dito pelo entrevistado; mas como saber se ele está falando a verdade? O jornalista Nilson Lage desenvolveu um método de identificar se o entrevistado está mentindo ou ocultando informações:

“Em geral, as pessoas discorrem com fluência sobre aquilo que conhecem. Relutâncias inesperadas cortando o fluxo de uma exposição, silêncios, denominações vagas, particularmente quando coincidem com desvios de olhar e certos movimentos das mãos, indicam que se tangenciam questões sensíveis, por algum motivo” (LAGE, 2001, p. 80.).

Outro problema durante a realização das entrevistas e o uso de gravadores ou até blocos de notas. Às vezes esses objetos acabam prejudicando a naturalidade da entrevista. Segundo Luiz Amaral, um entrevistado ficara mais à vontade para expor seu pensamento se ele não perceber que o que diz está sendo documentado:

“Se a memória é boa e o tema geral está dominado, nada melhor do que deixar a conversa fluir normalmente, como se fosse um papo amigo entre pessoas que se conhecem há muito tempo e que estão identificadas com o assunto” (AMARAL, 1982, P. 83.).

Sendo assim, sempre que possível, o ideal é que o jornalista grave a entrevista na memória fazendo apenas breves anotações. Caso contrário, faz-se o uso do gravador ou do bloco de notas. Tal atitude vai depender da habilidade do entrevistador e da complexidade da entrevista.

Confiar na memória pode ser arriscado, pois uma declaração pode conter números e outras informações difíceis de memorizar. Também é possível que entrevistado toque num ponto pouco conhecido pelo repórter e de difícil compreensão. Nesse caso, poder retomar o conteúdo da entrevista (gravada) é essencial para o jornalista. A anotação de informações relevantes durante a entrevista também pode evitar esse problema. Mas se o jornalista fizer muitas anotações, perdendo o contato visual com o entrevistado, dificilmente conseguirá promover o diálogo com o entrevistado.

Mas também é preciso ter cuidado ao fazer uso do gravador, pois o equipamento pode falhar, surpreendendo o repórter no fechamento da matéria. É fundamental que o profissional teste o gravador, as pilhas e as fitas antes da realização da entrevista. O “um, dois, três gravando” pode salvar todo trabalho. Também é indispensável que o jornalista leve pilhas e fitas de reserva; a duração de uma entrevista muitas vezes é imprevisível.

Há várias técnicas utilizadas em entrevistas. Uma das mais observadas é o chamado pingue-pongue, ou também método das perguntas e respostas. Essa técnica é assim definida por Muniz Sodré: “O texto consiste numa apresentação sumária, feita de dados referenciais, seguida de perguntas e respostas” (SODRE, 1986, p. 126).

Num outro formato, a entrevista é apresentada através de um texto informativo sobre o entrevistado entremeando suas falas em vários pontos. Neste tipo de texto, boa parte das informações dadas pelo entrevistado são expostas de maneira indireta pelo autor.

Há ainda uma terceira maneira de apresentar a entrevista, que nada mais é do que um misto das duas formas anteriormente expostas. O texto possui uma introdução, que narra o

encontro, e depois se parte para a conversa como ela ocorreu na entrevista, no tempo presente. As respostas são expostas em blocos e, no final, a matéria assume um formato semelhante ao segundo formato. Mais uma vez, recorre-se ao professor Muniz Sodré:

“Temos um narrador que desconhece seu personagem e relata a experiência do encontro no momento em que ele se dá. Trazendo a experiência para o presente, o texto intensifica a impressão da realidade, ao mesmo tempo em que compartilha com o leitor a descoberta do caráter do entrevistado” (FERRARI; SODRE, 1986, P. 131.).

A jornalista Cremilda Medina utiliza outro método para identificar os formatos de entrevista. Tal classificação vale tanto para a redação da entrevista, como para a maneira como ela é conduzida: linearmente, fragmentariamente ou alogicamente. Segundo ela, em geral, a entrevista é apresentada de forma linear, no esquema da pirâmide invertida, com as informações mais relevantes aparecendo primeiro, seguidas de uma trajetória com início meio e fim, baseada num questionário traçado pelo repórter. (MEDINA, 1995, p. 67)

No modelo fragmentado de Cremilda Medina, o repórter redige a matéria em blocos; independentemente de ser no formato pingue-pongue, um texto informativo ou uma narrativa. O que vai definir uma entrevista como fragmentada é a sua formatação livre e solta quanto ao encadeamento de idéias, sem seguir rigidamente um modelo pré-determinado.

O terceiro e último modelo descrito por Medina é o alógico. Nesse formato, o repórter tem mais liberdade de criação. Não há qualquer forma pré-definida. O espaço ideal para a criação de algo totalmente novo. Nas palavras de Medina:

“Uma obsessão minha: a organização dos dados tem por força-motriz o conteúdo obtido na entrevista e não deve ser nunca uma sobredeterminação formal, a aplicação de uma fórmula. É na pesquisa de melhor expressão para aquele conteúdo que o redator se realiza como autor. E um autor que tem por ponto de partida a relação humana original, a da reportagem” (MEDINA, 1995, p. 69.).

4 AS NUANCES DA RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES

A relação entre jornalistas e fontes surge de uma série de negociações, muitas vezes complicadas. O ideal para o jornalista seria estar seguro de que a fonte está disposta a falar com ele, ligar o gravador ou pegar o bloco de anotações e começar a entrevista. Mas nem sempre as coisas acontecem assim.

Uma fonte pode ser um texto, livro, revista, filmes, gravuras, gráficos, discos, depoimentos gravados, mas o que interessa avaliar neste capítulo é contato do jornalista com as pessoas que detêm as informações de que ele necessita. Nos manuais de redação e estilo das empresas jornalísticas, as fontes são classificadas como oficiais, oficiosas e independentes. Fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por empresas ou organizações como sindicatos e organizações. Fontes oficiosas são aquelas relacionadas de forma direta com uma instituição ou personalidade, mas sem poder formal de representação. Fontes independentes são as que não têm vínculos diretos com o caso avaliado.

Um dos maiores problemas para os jornalistas é a auto-suficiência, a idéia de onisciência. Se partir com essa postura, dificilmente fará um bom trabalho de apuração. O segundo erro tem a ver com a escassez de tempo para a produção das matérias. É cada vez maior o acúmulo de pautas sob os cuidados de um mesmo profissional. Resultado: todos os trabalhos têm que ser feitos no improviso, muitas vezes de forma negligente.

É fundamental a busca de informações antes da realização de uma entrevista. Pode haver pior situação para o repórter do que estar diante de um entrevistado e não saber o que perguntar? As informações obtidas previamente podem ser importantes não só para o desenvolvimento da relação que vai se estabelecer, como para a apresentação do entrevistado, no lead da matéria.

Outro problema para o jornalista é não identificar o receptor das suas mensagens. Muitos profissionais parecem não compreender que as entrevistas devem ser feitas, em primeiro lugar, para o público e, só depois, para eles próprios e, é claro, para o entrevistado. Como destaca o jornalista Ricardo Noblat, é preciso lembrar que a fonte, principalmente as oficiais, também pode ganhar com a entrevista:

“Ninguém no exercício do poder – seja ele de que tipo for – dá informação de graça a jornalista. Dá para agradá-lo – e para dele receber mais tarde algum agrado. Ou dá porque tem interesse em ver a informação publicada. [...] devemos o emprego a quem nos lê e

não a quem nos informa ou mesmo paga o salário. Não temam perder fontes desde que mantenham o respeito dos leitores. Entre servir aos leitores ou servir às fontes, não hesitem” (NOBLAT, 2002, p. 61.).

As perguntas podem ser feitas de várias formas. Às vezes, o jornalista conhece tão bem a fonte e seu pensamento, que chega a conclusão de que o leitor tem as mesmas informações. Com isso, detalhes importantes para a matéria podem ser descartados. Em muitos casos, precisa-se de perguntas que permitam ao entrevistado apresentar suas idéias sobre o assunto em pauta. Questionamentos que devem ser feitos mesmo que as respostas já sejam do conhecimento do jornalista.

Tão importante quanto as perguntas feitas, a forma de contato com a fonte também influencia o desenvolvimento das matérias. Em função da escassez de tempo dentro das redações e do alto custo da produção de notícias, muitas entrevistas acabam sendo feitas por telefone ou via e-mail. Por mais que esses recursos garantam a produção do texto, há informações que só o contato pessoal fornece. A jornalista Stella Guedes comenta a importância do contato face a face:

“Particularmente acredito que o ideal é que toda entrevista seja realizada pessoalmente. Nada substitui o “olho no olho”. Como nem sempre o encontro entre entrevistado e entrevistador é possível, algumas entrevistas são realizadas por correio eletrônico ou por telefone. Sem dúvida o texto da entrevista é influenciado pela forma como a entrevista foi feita. Além disso, cada entrevistado exige uma abordagem, um tempo para que se consiga marcar a entrevista, uma determinada aproximação” (GUEDES, 2004, p. 31.).

É sabido que os jornalistas não recebem treinamento específico para realizar análises de caráter e de temperamento e, quase sempre, nem tem o tempo necessário para isso. Mas esses profissionais desfrutam de momento privilegiado para a observação das pessoas que vêm a se tornar personagens de seus textos: o da comunicação face a face possibilitada pela entrevista. Cremilda Medina analisa a riqueza deste momento:

“O entrevistado tem de encarar o momento da entrevista como uma situação psicossocial, de complexidade indiscutível. Se for um iniciante sem preparo ou um prático profissional inconsciente da dimensão psicológica e social daquele encontro com a fonte de informação, as coisas acontecerão atabalhoadamente, com agressividade, imposição, autoritarismo. Se não houver consciência das etapas de observação mútua – namoro, busca de confiança recíproca, entrega – a matéria resultará numa versão pobre do que teria sido uma entrevista” (MEDINA, 1986, p. 29.).

Estudos feitos dentro do campo da comunicação não-verbal mostram que nos contatos face a face ocorrem muito mais coisas do que uma simples troca de palavras entre interlocutores. Mônica Rector e Aluizio Trinta informam:

“De acordo com as estatísticas, a porcentagem de comunicação não-verbal na transmissão de qualquer mensagem é muito elevada. Mehrabian (1968) mostrou que apenas 7% da comunicação interativa cara-a-cara é realizada por palavras; 38% se dá pela tonalidade vocal e outras características prosódicas; enfim, 55% é tributável à expressão facial, corporal e gestual” (RECTOR; TRINTA, 1986, p. 15.).

Para o jornalista e historiador Robert Darnton, a atitude do repórter diante das fontes de informação é decisiva para um bom trabalho de apuração:

“Aos poucos, aprende a parecer mais um nova-iorquino, a falar mais alto, a usar a gíria dos jornalistas e a aumentar a proporção de palavras em sua linguagem. Essas técnicas facilitam a comunicação com os colegas e as fontes de informação. Por exemplo, é difícil conseguir grande coisa de uma conversa pelo telefone com um tenente de polícia, a menos que você saiba pôr a boca bem perto do aparelho e gritar obscenidades” (DARNTON, 1995, p.86.).

Um fator que pode complicar a relação entre entrevistado e entrevistador é a necessidade de certos jornalistas de ser o centro das atenções. O que faz com que eles tentem, já nas perguntas, induzir o entrevistado a determinadas respostas. Há ainda os entrevistadores que, na ânsia de aparecer mais que o entrevistado, fazem intermináveis explicações que tornam as perguntas mais longas que as respostas. O jornalista tem todo direito de expor seu pensamento, mas não pode entrevistar a si mesmo:

“Quem deve parecer inteligente ou não aos olhos dos leitores é o entrevistado. Se a entrevista ficar boa, o jornalista sairá bem na foto. Não caiam na bobagem de fazer as perguntas embaraçosas de uma vez, uma atrás da outra. Dosem tais perguntas. Para que o entrevistado não se sinta acuado” (NOBLAT, 2002, P.69.).

Mas num mundo em que os detentores do poder querem o domínio da informação, não são apenas os jornalistas que tentam conduzir os entrevistados. Muitas vezes, é justamente o contrário que acontece. Por mais confiável que seja a fonte, é fundamental que o jornalista não dependa exclusivamente dela. Se o repórter não desenvolver um trabalho de apuração que ultrapasse a simples anotação de depoimentos, não será mais que simples moleque de recado, como explica o jornalista e professor Eduardo Refkalefsky:

“(...) o entrevistado fala e a preocupação do repórter (?) é apenas transcrever o que ele fala. (...) O que acontece quando um político ou técnico do governo quer mandar um recado para alguém? Convoca a imprensa, em geral nas nefastas coletivas ou pools, e dita o que quer ver publicado” (REFKALEFSKY apud DUARTE, 2002.).

Ricardo Noblat considera passiva a postura dos jornalistas brasileiros diante das autoridades:

“Na maioria dos países, até mesmo no nosso, os jornalistas tratam as autoridades em geral com excesso de bons modos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os jornalistas não se sentem inibidos nem diante do presidente da República. Perguntam o que querem saber e são bastante agressivos ao perguntar” (NOBLAT, 2002, P. 72.).

Em uma entrevista, é indispensável que o jornalista consiga informações relevantes. Sem elas, não há matéria. Mas e quando o entrevistado se recusa a responder uma determinada questão? Se esta for uma informação importante para a confecção da matéria, o repórter terá que refazer tal questão. Fundamental, porém, é o jornalista reconhecer o limite que existe neste jogo. Quando tal fronteira é ultrapassada, o entrevistador passa a ser visto pelo entrevistado como inconveniente e mal-educado, tornando a relação entre eles insustentável.

O jornalista também se vê em dificuldade quando percebe, ao começar a escrever a matéria, que esqueceu de fazer determinadas perguntas e não tem todas as informações de que necessita. Ou ainda que não está entendendo bem o que ele mesmo escreveu ou perdeu parte de suas anotações. A jornalista Stela Guedes mostra a atitude a não ser tomada:

“O desespero não ajudará seu texto e pior: já vi muitos jornalistas inventado declarações inteiras e até pessoas só porque perderam suas apurações e não queriam levar bronca do editor. Por favor, não invente ninguém. Se você gosta de criar, ótimo! Faça um conto, escreva um romance. Em entrevistas, converse com quem existe” (GUEDES, 2004, p. 35.).

Um entrevistado é uma fonte e, assim como o jornalista, está sujeito a uma série de normas éticas que regem essa relação. Uma das questões mais polêmicas é a obrigatoriedade do repórter se identificar como tal antes da entrevista. Deve-se ou não explicar os motivos da matéria? É preciso informar se os dados serão ou não publicados e em que tipo de publicação? E

se isso inviabilizar a coleta de informações? Desiste-se da pauta em função da ética? E o interesse público, onde fica?

E no caso de o entrevistado não saber das conseqüências que poderá sofrer por conta da divulgação de sua imagem e nome. Deve-se perguntar a ele se prefere que seu nome verdadeiro não apareça ou que se utilize um codinome? Coloca-se a declaração em off? E se o off é quebrado pelo jornalista? Quando é ético trair a confiança da fonte? O jornalista Les Payne opina:

“Violar uma promessa para com a fonte só deve ser feito em casos muito especiais. Se eu desse (ao presidente) minha palavra (...) de que não usaria o seu nome e ele me contasse que a África do Sul tinha bomba atômica (...), essa informação é tão importante que teria que sair publicada com a fonte identificada” (PAYNE apud DUARTE, 2002..).

O jornalista Gilberto Dimenstein considera que as informações dadas em off, mesmo que não publicadas, podem continuar sendo importantes para os jornalistas:

“A fonte pede mais do que a omissão de seu nome. Exige, como condição para a conversa, que o assunto não seja publicado, Ela está, portanto, partilhando um segredo. Se, de um lado, o jornalista está sonogando dados aos leitores, de outro, ontem dados que o ajudam a se orientar no tiroteio das contra-informações” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p. 52-53.).

As respostas para essas perguntas parecem estar na natureza de cada relação entre jornalistas e fontes. Mais do que o cumprimento de códigos de ética, o que parece ser mais decisivo é o compromisso do jornalista com sua consciência, tendo noção das conseqüências de seu trabalho.

Também é polêmica a discussão envolvendo o nível de proximidade que o repórter deve ter com a fonte. Alguns jornalistas, como Joelson Beting, acreditam que essa relação deve ser de distância:

“Mantenho com a classe que decide – seja ministro, empresário ou sindicalista – um relacionamento absolutamente profissional, não pessoal e nem de amizade. Não sou inimigo de nenhum deles, nem amigo. Evito ficar devendo favores a qualquer tipo de autoridade econômica e não as procuro a toda hora” (TRAMONTINA, 1996, p. 68.).

Mas e quando esse distanciamento não é possível? Muitas vezes, a fonte só aceita falar se tiver confiança no jornalista. A jornalista Tereza Cruvinel não descarta uma aproximação entre entrevistador e entrevistado para a realização de um bom trabalho de apuração:

“é no estreitamento da relação que você vai construir a confiança e a liberdade para ligar para a casa dele (fonte). Aliás, o que eu acho mais chato na profissão, é você depender de relações pessoais para exercê-la. Nenhum médico, nenhum dentista, nenhum arquiteto ou engenheiro precisa gostar dos seus clientes” (CRUVINEL in DUARTE, 2002, p. 38.).

A jornalista Stela Guedes também acredita que a maior interação entre entrevistador e entrevistado traz benefícios para a entrevista:

“Para se fazer boas entrevistas é preciso amar conversar com o outro. É preciso amar a pesquisa, amar conhecer gente nova, amar um bom papo. A boa entrevista acontece quando entrevistador e entrevistado sentam-se frente a frente e abrem juntos um espaço de confiança num mundo de tantas desconfianças. Abrem juntos um espaço de diálogo num mundo em que ouvir de verdade virou raridade. Só quando esse espaço é aberto, a experiência de entrevista acontece. (GUEDES, 2004, p. 34.).

Há até quem acredite que a fonte pode ser treinada pelo jornalista a fim de prestar melhores informações. Ricardo Noblat é um desses:

“Mas não basta para o jornalista dispor de boas fontes e em grande número. É necessário cuidar bem delas. Procurá-las sempre, mesmo que seja só para jogar conversa fora. E treiná-las. [...] Quando o Senado se reuniu em sessão secreta para cassar o mandato do senador Luiz Estevão de Oliveira em meados de 2000, havia no plenário duas pessoas previamente treinadas por mim para me contar tudo depois. Eram dois senadores. Um dia antes da sessão, eu me reuni com cada um deles em separado e detalhei o que deveriam observar. Como se faz com repórteres pouco experientes. Quando o jornal publicou em off as informações apuradas por eles, Luiz Estevão achou que o Correio Brasiliense tinha gravado a sessão de alguma maneira” (NOBLAT, 2002, 62.).

Gilberto Dimenstein também opina:

“Não vou ao extremo de dizer que acariciar a fonte não ajuda a mantê-la. Mas pode ajudar também a agredir a verdade ou ao menos uma das faces da verdade e, no limite, o repórter vai sucumbir à angústia de sentir que está falhando. É mais razoável e civilizado preservar as fontes pela reprodução fiel e bem-intencionada do que elas dizem ou pensam” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p. 12.).

Não são poucas as dificuldades que o repórter enfrenta para acessar os dados em poder da fonte, tanto no âmbito do poder público, como nas empresas e demais instituições privadas pelos interesses envolvidos e pelo receio de que a divulgação de determinados dados possa causar danos generalizados.

O jornalista não pode abrir mão de confirmar as informações que recebe com outras fontes. Segundo o jornalista e professor Nilson Lage, no caso em que "a fonte A dá uma versão, a fonte B outra e a fonte C uma terceira, contraditórias ou só parcialmente coincidentes, de um evento, deve haver uma quarta versão que corresponda ao que realmente aconteceu. Frequentemente, essa versão mais completa ou correta está disponível em algum lugar, pode ser investigada e recuperada" (LAGE, 2001, p.22.).

A palavra chave nesta, como em qualquer outra relação, é confiança. A fonte precisa do jornalista; que atuará como canal de promoção. Assim como o jornalista necessita da fonte; sem a qual não conseguirá redigir suas matérias. Eles não precisam ser necessariamente amigos. Basta que a fonte acredite que o jornalista não vai distorcer as informações por ela prestadas.

A correta prática jornalística não deve levar ao receptor apenas um lado da questão. O bom jornalista deve pluralizar ao máximo as visões sobre o assunto em pauta, ainda que não possa se desvencilhar de seu ponto de vista. Toda prática humana é ideológica. O erro, no jornalismo, é torná-la panfletária.

Por mais que cada jornalista tenha suas técnicas para realizar entrevistas, é bastante comum ouvirmos que uma questão deve finalizar o encontro com o entrevistado. A jornalista Stela Guedes explica:

“Em qualquer entrevista, seja com quem for, minha última pergunta é sempre a mesma: Tem alguma coisa que você gostaria ainda de falar? Faço isso porque penso que uma entrevista acontece porque existe uma pessoa impregnada de perguntas e outra, impregnada de respostas. Quando concorda em dar uma entrevista, o entrevistador pensa, reflete e mesmo sistematiza várias questões. Em geral, o entrevistado também se prepara. Portanto, não é o entrevistador quem decide quando o jogo acaba. Os dois devem estar de acordo. A entrevista precisa ser boa para os dois” (GUEDES, 2004, p. 36.).

5 APURAÇÃO & TECNOLOGIA

A busca incansável de notícias interessantes para serem divulgadas ao público permanece a mesma desde os primórdios do jornalismo. Mas se os detalhes que tornam um fato merecedor de relato jornalístico não sofreram grandes alterações, o mesmo não pode ser dito dos meios e estratégias utilizados para obter as informações necessárias para contar tais histórias.

Falando mais especificamente do trabalho de apuração, uma das invenções mais importantes foi sem dúvida o telefone. Como os jornalistas trabalhariam no ritmo frenético da atualidade sem os aparelhos telefônicos ou rádio transmissores? O uso do telefone, aliado a uma boa agenda - outro elemento indispensável na procura de informações -, permite que um repórter curioso garimpe notícias nos pontos mais longínquos do planeta.

Mas se encurtou a distância entre jornalistas e fontes, a comodidade propiciada pelo telefone muitas vezes impede a apuração mais aprofundada. A falta de compromisso com a correta prática jornalística, faz muitos jornalistas apurarem as matérias da comodidade da redação. A negligência dos profissionais não é a única causa. A crise das empresas de comunicação - que levou à redução significativa do número de repórteres dentro das redações - reforçou a necessidade de apurar um número cada vez maior de pautas por telefone, empobrecendo as matérias que chegam ao público. Pois, como lembra o jornalista Gilberto Dimenstein, nada substitui a presença do jornalista no local onde ocorreu o fato a ser noticiado:

“Jornalismo, por isso, só vale a pena pela sensação de ser testemunha ocular da história de seu tempo. E a história ocorre sempre na rua, nunca numa redação de jornal. É claro que estou tomando “rua” num sentido bem amplo. Rua pode ser a rua propriamente dita, mas pode ser também um estádio de futebol, a favela da Rocinha, o palanque de um comício, o gabinete de um autoridade, as selvas de El Salvador, os campos petrolíferos do Oriente Médio. Só não pode ser a redação de um jornal” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.9.).

Se pensarmos nos repórteres de rádio, a dependência do telefone é ainda maior. Sem ele, os repórteres teriam que voltar a redação toda vez que precisassem transmitir uma informação, prejudicando a principal característica do veículo, a velocidade.

A invenção do telefone celular otimizou ainda mais o trabalho dos repórteres de rádio. Antes do uso desses aparelhos, os jornalistas eram obrigados a fazer seus relatos de telefones públicos, muitas vezes sob os olhares críticos da população. Era preciso o uso de artifícios pouco convencionais, como o jacaré, que consistia em desmontar o fone dos aparelhos para conectá-los ao gravador onde estavam armazenadas as informações. O jornalista Ricardo Ferreira, da Rádio Globo, experimentou as dificuldades de trabalhar sem o telefone celular:

“Era preciso ir até um orelhão e abrir a parte de baixo do fone, onde você fala. Aí você acoplava uma pequena pega no telefone, chamada jacaré, e ligava o gravador para jogar a sonora no ar. Imagine fazer isso num orelhão público, com as pessoas pensando que você estava destruindo o aparelho. Eu quase fui espancado na Central do Brasil por causa disso. De repente, começaram a gritar: “Pega o cara! Ele está destruindo o orelhão!” Tive que mostrar o crachá da empresa rapidinho para não apanhar”.¹

As agendas eletrônicas - de mão ou nos computadores - também chegaram às mãos dos jornalistas. Chega a ser irresistível ter todos os dados acumulados em pilhas de papéis num aparelho que pode ser levado no bolso. Sem falar na facilidade que as agendas eletrônicas proporcionam para a atualização das informações. No processo convencional, o surgimento de novos números de telefone obriga o jornalista a passar a agenda limpo, reescrevendo todos os números. Nos equipamentos digitais, é só apagar os números indesejados e reordenar os novos automaticamente. Mas os jornalistas ressaltam a importância de manter um arquivo em papel, pois, como qualquer máquina, as agendas eletrônicas estão sujeitas a defeitos, ocasionando até a perda das informações armazenadas.

Uma invenção transformou a vida humana com uma intensidade inversamente proporcional às suas dimensões; o chip. O Jornalista Ethevaldo Siqueira explica o fenômeno:

“Na sua base, estão os componentes eletrônicos, verdadeiras unidades físicas que tornam realidade cotidiana o que há muito pouco parecia ficção. São esses objetos minúsculos que transformam radicalmente a indústria, que determinam a redução drástica dos preços, que levam à mudança de hábitos. E o fulcro dessa alavanca é o chip, a pastilha de silício que já reúne milhões de elementos microscópicos numa superfície de poucos milímetros quadrados, pois esse componente proporciona formidável redução de preços nos produtos eletrônicos e, em especial, nos computadores e nas telecomunicações, tornando-os acessíveis a um número cada vez maior de cidadãos em todo o mundo” (SIQUEIRA apud PERUZZO & KUNSH, 1995, p. 18.).

¹ Entrevista concedida ao autor no dia 21/10/2004.

A tecnologia também interferiu drasticamente no trabalho de apuração dos jornalistas com a criação dos computadores e, posteriormente, da Internet. Num piscar de olhos, os jornalistas se viram diante de novas formas de armazenar e manipular dados e um universo de fontes de informação. Mas é justamente daí que surge o problema; como obter fontes confiáveis diante de tamanha quantidade de informações?

Segundo o professor Elias Machado, há duas vertentes na utilização das redes telemáticas desencadeadas pela criação da tecnologia digital:

“a) as redes são uma espécie de ferramenta para nutrir os jornalistas das organizações convencionais com conteúdos complementares aos coletados pelos métodos tradicionais e b) as redes são um ambiente diferenciado com capacidade de fundar uma modalidade distinta de jornalismo, em que todas as etapas do sistema de produção de conteúdos jornalísticos permanece circunscrita aos limites do ciberespaço” (MACHADO, 2003, Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.html>>. Acesso em 04 de nov. 2004.).

Machado defende a idéia de que “dentro das redações, o computador continua sendo usado basicamente para processar o texto, ocupando função secundária nas atividades cotidianas de apuração”. O autor aponta as vantagens propiciadas pela otimização do uso dos computadores:

“Enquanto a reportagem assistida por computador trabalha com fontes primárias como entrevistas ou observações, a pesquisa utiliza fontes secundárias como relatórios e arquivos disponíveis nos bancos eletrônicos de dados. A referência permite a consulta a fontes como dicionários, enciclopédias, almanaques e glossários, disponíveis em meios como CD-ROMs ou nas próprias redes. Os encontros são possíveis nas listas ou nos grupos de discussão, lugares em que os jornalistas têm a chance de participar das discussões, acompanhar as opiniões de especialistas em esferas específicas e descobrir futuras fontes para reportagens” (MACHADO, 2003).

Autores como Helder Bastos e Tom Koch acreditam que, mais do que ferramentas ao dispor dos jornalistas, as tecnologias de circulação e armazenamento de dados são o indício de um fenômeno mais amplo que exige diferentes habilidades dos profissionais de jornalismo. Segundo Koch, “o uso dos bancos de dados eletrônicos lança os alicerces de um novo tipo de jornalismo, que desvincula os repórteres dos pontos de vista expressos por especialistas e fontes oficiais”. O autor cita como uma das especificidades do modelo eletrônico para apuração jornalística a substituição dos fatos pela necessidade de uma frase de busca que defina a questão ou problema pautado.

Um dos maiores dilemas da apuração nas redes telemáticas é a multiplicação mundial das fontes, muitas delas sem tradição no tratamento de notícias. Segundo Elias Machado, diariamente são criadas diariamente na web uma média de 1,5 milhão de novas páginas:

“Na medida em que a arquitetura descentralizada do ciberespaço desarticula o modelo clássico, o exercício do jornalismo nas redes telemáticas depende do estabelecimento de critérios capazes de garantir a confiabilidade do sistema de apuração dentro de um entorno com as especificidades do mundo digital” (MACHADO, 2003).

O autor lembra, porém, que a preferência por fontes oficiais para obter dados fidedignos, fato corriqueiro nos sistemas convencionais de jornalismo, pode ser ainda mais nociva:

“O hábito de julgar as fontes oficiais como as mais confiáveis trata-se de um vício no jornalismo porque a mentira ocupa lugar estratégico nas intervenções de personalidades ou instituições vinculadas aos poderes fáticos quando da defesa de interesses particulares, difundidos como manifestação da vontade coletiva” (MACHADO, 2003).

Machado afirma que a grande novidade da apuração no ciberespaço reside no fato de que, quando fixa um entorno de arquitetura descentralizada, altera a relação de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede a todos os usuários o status de fontes potenciais para os jornalistas. O próprio fazer jornalísticos ganha novos contornos na visão do autor:

“Se cada indivíduo ou instituição, desde que munidos das condições técnicas adequadas, pode inserir conteúdos no ciberespaço devido a facilidade de domínio de áreas cada vez mais vastas, fica evidenciado tanto uma certa diluição do papel do jornalista como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar na esfera pública, quanto das fontes profissionais como detentoras do quase monopólio do acesso aos jornalistas” (MACHADO, 2003.).

O jornalista e pesquisador Carlos Castilho dá exemplos do chamado jornalismo participativo, no qual pessoas comuns se transformam em produtores de informações:

“O jornal coreano OhmyNews é a experiência mais bem-sucedida, até agora, de uma página noticiosa online feita por quase 20 mil “repórteres amadores”. A certificação da credibilidade das informações dadas por estes colaboradores, quase todos desconhecidos e sem formação jornalística, é feita com base numa ficha de reputação que registra participações anteriores e no conceito de correção coletiva de erros. O mesmo princípio é usado pela revista online Slashdot. A revista é feita a partir de contribuições de técnicos em computação, internet e telecomunicações. O registro das contribuições anteriores é importante para estabelecer a relevância do texto recebido, mas o fundamental mesmo

para assegurar a confiabilidade de uma colaboração é a crítica coletiva” (CASTILHO, 2004, Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos>>. Acesso em 12 de nov. 2004.).

Já a professora Fabiana Puccinin, da Universidade de Santa Cruz do Sul, adota uma postura mais cética em relação aos efeitos das redes telemáticas na produção jornalística. Ela reconhece a mudança na relação entre produtores e receptores da informação:

“As transformações operadas no mundo jornalístico a partir das possibilidades on-line tem remetido nossa reflexão mais imediata às mudanças promovidas pelas novidades tecnológicas que se põem desde então. (...) a interatividade em sua máxima potencialidade, promovendo o surgimento do novo paradigma comunicacional que, de massa (um para todos) passa a ser segmentado e interativo (um para um) dando reais possibilidades de construção ativa pelo usuário” (PUCCININ, 2002.).

Mas reluta em classificar o conteúdo disponibilizado por muito sites noticiosos como jornalismo:

“Na realidade, a questão parece localizada em um estágio anterior ao da produção on-line, ao que etimologicamente reporta a própria palavra jornalismo, associada essencialmente ao trabalho de buscar informações e tratá-las para que possam chegar ao público interessado de maneira compreensível e interessante. Há nas redações on-line um trabalho muito mais comumente orientado para o que os editores de web chamam de agrupamento e sistematização das informações, do que exatamente equipes de reportagem em busca de notícias e produção de grandes reportagens” (PUCCININ, 2002.).

Raciocínio semelhante é desenvolvido por Simone e Monteiro:

“Em geral, os sites brasileiros de notícias não passam de meros reprodutores de modelos e formulas prontas, especialmente ligados a grandes grupos de comunicação. E o preço dessa submissão pode ser muito caro num futuro não muito distante” (SIMONE; MONTEIRO, 2001, p. 32.).

Segundo Puccinin, tal prática vai de encontro ao que prevê a lei de direito autoral:

“Legalmente, o hábito da maior parte dos sites de “chupar informações”, esbarra na lei 9610/98, dos Direitos Autorais, O artigo 46 da lei é auto-explicativo quando assegura que “não constitui ofensa aos direitos autorais: a reprodução na imprensa diária ou periódica, de notícia ou artigo informativo, publicado em diários e periódicos, com menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos” (6:2001). E é

exatamente aí que mora o perigo porque é por conta dessa “rede” afinada entre as diversas mídias de um mesmo grupo que ocorre o que alguns autores definiram como reprodução e cópia rearranjada do conteúdo. Alguns autores inclusive já criaram terminologias como “gilete press” e “chupadores de informação” para os jornalistas de web, fazendo alusão ao trabalho de copiar e colar arquivos de rádio, TV ou jornal” (PUCCININ, 2002.).

A autora dá as razões para a adoção de tal prática:

“A justificativa desse reaproveitamento das informações está baseada no fato de que sites noticiosos, em função da instantaneidade – ou seja, da busca frenética pela atualização da informação – e da possibilidade de reunir os recursos das várias mídias, só é possível de ser feita a partir da produção já pronta das outras mídias. Dessa maneira, faz crer que a redação online seja exatamente o local restrito ao processo de edição e baixamento de notícias e não de captura, ainda que a proposição dessa discussão não seja a de condenar esse procedimento, senão a de discutir a existência ou não do lugar do jornalista, especialmente do repórter, dentro das redações de web” (PUCININ, 2002.).

Sylvia Moretzsohn adverte para fato de que a instantaneidade compromete o trabalho de apuração:

“...a instantaneidade exigida pela rede tirou os jornalistas do seu verdadeiro objetivo que é a busca da informação bem apurada. Vítimas da busca quase obsessiva da atualização contínua, a meta final se desvia do caminho. O resultado mais imediato pode ser verificado todos os dias nas redações: editores colados nos vídeos, sobressaltados a cada chamada do telejornal, perguntando aos repórteres: “temos isso”? Conferindo credibilidade automática ao veículo ali, a ponto de alterar o texto produzido originalmente pelo profissional de sua equipe” (MORETZSOHN, 2002.).

Por mais que se considere a busca de informações como decisiva ao fazer jornalístico – tendo sido essa inclusive a motivação para realização dessa monografia – não seria justo reduzir o trabalho do jornalista apenas à apuração. Contar uma história de forma organizada, atribuir pesos de importância e editá-la de maneira que o receptor possa encontrar o que lhe interesse também são importantes atribuições daqueles que pretendem informar. Alguém que constrói um blog, por exemplo, pode fazer um excelente trabalho de edição, reunindo o melhor sobre um assunto que domine. Dessa forma, esse blog pode se converter em fonte de informação para os jornalistas.

Elias Machado chama atenção para um dos principais problemas causados pelo desenvolvimento da rede mundial de computadores: como checar a origem e a credibilidade das informações obtidas na Internet?

“Para desenvolver o trabalho jornalístico em um entorno cada vez mais amplo e complexo como o mundo digital tanto o profissional quanto o usuário das redes telemáticas devem dominar técnicas adequadas para avaliar dados muito diversos, com valor desigual e propósitos distintos que cada cidadão pode publicar sem qualquer tipo de restrição prévia” (MACHADO, 2003.).

Machado ressalta a necessidade da criação de critérios de controle de qualidades dos conteúdos disponibilizados na Internet:

“Mesmo que seja um exagero concluir que a ausência de reputações construídas por décadas entre os emissores nas redes, quando comparados aos meios convencionais, conduz ao reino da boataria plena, existe pouca dúvida de que o futuro dos sistemas de circulação de notícias no ciberespaço depende da disseminação entre todos os usuários de critérios de controle de qualidade dos conteúdos” (MACHADO, 2003.).

O jornalista e pesquisador Carlos Castilho avalia a questão:

“Os jornalistas afirmam que é impossível checar a credibilidade dos blogs, levando-se em conta o fato de a maioria deles ser produzida por jornalistas independentes ou amadores sem formação profissional. Outro fator que alimenta a desconfiança dos profissionais da grande imprensa é a quantidade de informações transmitidas pelas páginas independentes, dada a velocidade com que são passadas adiante e o de que 90% das páginas pessoais que lidam com informação jornalística são mais opinativas do que factuais. Os blogueiros contra-argumentam que é impossível medir a confiabilidade das informações que circulam no espaço cibernético usando os mesmos parâmetros da mídia convencional. A web e a Internet criaram um sistema novo de circulação de informações cuja principal característica é a velocidade e a massa de dados existentes na rede. Toda a cultura da mídia convencional foi construída sobre um sistema infinitamente menor e mais lento, que desenvolveu seus mecanismos de aferição de credibilidade baseados nesta realidade” (CASTILHO, 2004.).

Castilho reconhece que a grande imprensa não aceitará facilmente que uma massa de anônimos consumidores da informação e não um veículo de comunicação ou um respeitável formador de opinião seja responsável pela certificação de qualidade de uma notícia. Segundo ele, a avalanche informativa na rede mundial de computadores trouxe como consequência uma pesquisa frenética para desenvolver mecanismos de certificação de credibilidade:

“A credibilidade continua um fator-chave na certificação das informações, mas para avaliá-la estão surgindo processos novos como os sistemas de reputação, que misturam tecnologia com sociologia, psicologia e antropologia. Simplificando, trata-se de um sistema que se apóia em conceitos estabelece gradações de reputação. Parte-se do princípio, já bem antigo, de que quando uma pessoa ou texto é muito citado, ele deve ser

muito confiável ou consistente. Evidentemente sempre existe a chance de haver picaretagem ou erro no sistema, mas esta possibilidade tende a ser reduzida no espaço cibernético onde a teia de citações envolve bilhões de documentos. Os pesquisadores dos sistemas de reputação, como os professores Hassan Masum e Yi-Cheng Zhang, autores do manifesto pela sociedade de reputação (<http://www.firstmonday.org/issues/issue97/masun/index.html>), usaram cálculos de probabilidade e estatísticas para afirmar que quanto maior for o número de documentos na web menor a chance de sermos enganados por informações falsas” (CASTILHO, 2004.).

O autor argumenta que sites populares fizeram dos sistemas de reputação a base para o sucesso de seus negócios:

“O mecanismo de busca Google ordena os milhares de resultados para uma única consulta segundo um critério de relevância baseado no número de vezes que a página é citada como referência por outras páginas. O princípio é o de que se uma página é citada como referência por muitos autores, ela é uma referência e portanto deve ser confiável. Já a página de leilões eBay criou um sistema para classificar a credibilidade dos participantes nos leilões, com base sobre transações anteriores. Quando uma pessoa compra ou vende algo através de lances em leilões, toda a transação é registrada num banco de dados que é consultado sempre que o comprador ou vendedor participar de um novo negócio” (CASTILHO, 2004.).

Mas o uso dos sistemas de reputação não traz apenas benefícios aos usuários. Um dos problemas, segundo Carlos Castilho, é a invasão de privacidade:

“Se por um lado haverá mais segurança contra falsificações, por outro, nossa privacidade estará ainda mais debilitada. Qualquer pessoa que participar de um chat, lista de discussão, fórum, blog ou colaborar com alguma página web acabará entrando para um banco de dados onde todos os seus movimentos serão registrados para servir como matéria-prima para avaliação de credibilidade” (CASTILHO, 2004.).

Castilho aponta a inteligência distributiva, ou troca irrestrita de informações e notícias, como mais um exemplo da atual diversidade de culturas jornalísticas:

“A inteligência distributiva foi usada por dezenas de blogs conservadores que começaram a trocar informações, em ritmo frenético, mal havia acabado a transmissão do programa de TV com denúncias sobre supostas manobras da família Bush para livrar o atual presidente americano do serviço militar no Vietnã, durante a guerra. Nenhum blogueiro reivindicou o privilégio do furo – ou seja, a informação de que os documentos da CBS eram forjados. Até agora os jornalistas convencionais não conseguem entender como uma pessoa tem uma informação que vale ouro e a dá de graça para quem quiser” (CASTILHO, 2004.).

Elias Machado acredita que a multiplicação de fontes provocadas pela facilidade de obtenção de dados armazenados nas páginas individuais, nos bancos de dados públicos e nas redes de circulação de notícias aumenta a chance de ocorrer um deslocamento do lugar das fontes da esfera do oficial ou do oficioso para o domínio público. Segundo ele, “uma redação descentralizada que opera dentro de um projeto de afinidades temáticas estimula a diversificação das fontes” (MACHADO, 2003.).

O autor considera fundamental a revisão dos códigos de ética dos jornalistas em função do novo papel conquistado pelos usuários:

“A inclusão dos usuários como fontes coloca na agenda da pesquisa sobre o campo jornalístico um aspecto até agora negligenciado pelos códigos de ética do jornalismo convencional: as responsabilidades dos usuários das redes como fontes para os jornalistas” (MACHADO, 2003.).

Machado ressalta, porém, que nenhum tipo de jornalismo pode menosprezar a cobertura de centros de onde irradia parcela considerável do poder político de uma sociedade:

“Muda sim a perspectiva da cobertura que pode fugir da síndrome das declarações ou repercussões para aprofundar temas de interesse coletivo e a forma de apuração dos fatos. No caso de um setorista do Congresso Nacional, em vez de permanecer todo tempo a espera de um determinado senador ou deputado, o jornalista pode ocupar parte da jornada de trabalho em vasculhar pela rede os projetos em ordem de votação, os pareceres dos relatores, as emendas propostas ao orçamento da União e tentar estabelecer as relações entre os projetos em ordem do dia e as prioridades do programa de governo, por exemplo” (MACHADO, 2003.).

Ele acredita que a facilitação do acesso às fontes em todo planeta pode propiciar a maior competição entre as empresas jornalísticas. Segundo ele, “a dimensão mundial das redes rompe com os limites impostos pelas distâncias físicas, impeditivas para empresas com menos recursos acessar documentos ou as fontes primárias, mas que agora podem ser consultadas a baixo custo através dos sites e do correio eletrônico” (MACHADO, 2003.).

Existe produção de notícias de fato ou o que se faz dentro da web é uma readaptação das notícias oriundas das mídias tradicionais? Está equivocada a maneira de fazer jornalismo ou está equivocada a forma de olhar para esse jornalismo resultante de um novo paradigma comunicacional?

Uma avaliação menos apaixonada sobre as transformações oriundas da criação das redes telemáticas, mostrará que a participação dos usuários como fontes não é algo novo. Basta lembrar os telefonemas e cartas enviadas pelos usuários para as redações de jornais e emissoras de Rádio e TV.

As discussões apontadas neste capítulo reafirmam a idéia de que a tecnologia é uma via de mão dupla porque oferece possibilidades ao mesmo tempo que impõe condicionamentos, promovendo a alteração do comportamento dos jornalistas frente ao seu trabalho. No jornalismo, como em todas as áreas do conhecimento, é preciso aproveitar as facilidades propiciadas pela tecnologia. O importante é fazer uso das inovações sem destruir a essência básica do trabalho jornalístico, que é a apuração de histórias de interesse humano.

“...não basta o progresso das telecomunicações, o emprego de métodos ultra-sofisticados de armazenagem e reprodução de conhecimentos. É preciso repensar cada setor, cada modalidade, mas analisando e potencializando a comunicação como um processo total. E, em tudo, a dicotomia, teoria e prática, está presente. Impossível analisar, avançar, aproveitar as tecnologias, os recursos, sem levar em conta sua ética, sua operacionalidade, o benefício para todas as pessoas em todos os setores profissionais. E, também, o benefício na própria vida doméstica e no lazer” (DIMENSTEIN; KOTSCHO, 1990, p.5.).

6 ÉTICA (OU A FALTA DELA) NA APURAÇÃO – O CASO ESCOLA BASE

“Será argumentado que os problemas éticos do jornalismo vão além de qualquer coisa que possa ser medida por uma avaliação tão simples. Mas o aperfeiçoamento deve começar em alguma parte, e se não puder começar nesse nível simples e fundamental, talvez os jornalistas deveriam encarar a possibilidade de que não pode ser alcançado de modo algum. A imparcialidade, o equilíbrio, a objetividade a defesa de métodos incomuns são vazios sem a capacidade básica de reunir e relatar os fatos” (MEYER, 1987, p.292.).

Quais os meios e os fins do comportamento ético na prática jornalística? O fim parece ser a busca da imparcialidade e da credibilidade junto ao público. Mas e os meios; como atingir tal intento? Os padrões de separação e afastamento das fontes poderiam servir de resposta. Mas será possível ao jornalista se afastar dos conflitos de interesse do mundo sobre o qual escreve, livrando-se de preconceitos e convicções pessoais?

Tão fundamental quanto o processo de edição e produção do texto jornalístico, o trabalho de apuração, que poderia ser definido como o momento de concepção das matérias - quando vai ser decidido se determinado tema será ou não merecedor de relato da empresa jornalística - deve exigir do repórter conduta ética no tratamento das informações que recebe. O comentário do jornalista Alberto Dines alerta para essa necessidade: “O jornalista sabe que, ao redigir uma nota de três linhas, pode estar destruindo uma reputação e uma vida” (DINES, 1986, p. 121).

O manual de redação do jornal o Globo ressalta a importância de uma conduta ética na apuração de informações:

“A maioria das decisões de natureza ética depende das circunstâncias de cada caso. E nem sempre são decisões sobre publicar ou não publicar: as considerações éticas começam com o comportamento do repórter na busca de notícias e podem determinar a extensão do texto e o destaque gráfico, porque influem na importância dada pelo jornal a determinados assuntos” (GARCIA, 1992, p. 113.).

“Bons jornalistas, diz a lenda, usam tanto cinto quanto suspensório: verificação e dupla verificação. Eles não serão apanhados com as calças caindo” (MEYER, 1987, p.236).

Com tanto poder nas mãos, a acurácia na apuração de informações é uma obrigação para qualquer jornalista. Lamentavelmente, não é o que se observa na prática. O jornalista Philip Meyer dá alguns exemplos:

“...Todos os códigos formais... consideram a acurácia como bem maior. Sem ela, um jornal não tem razão para existir. E no entanto, como vimos, há situações em que os jornalistas valorizam outras coisas mais do que a acurácia. Alguns irão sacrificá-la para melhorar a estrutura de um texto ou para supervalorizar uma abertura. Outros se acomodarão com acurácia diminuída para evitar métodos de coletas de notícias controversos, tais como gravadores ocultos e observação participante. E alguns irão sacrificá-la para sua própria conveniência; para eles, a verificação e a dupla verificação necessárias para a acurácia simplesmente parecem não valer a pena” (MEYER, 1987, p.234.).

O uso do off (informações publicadas sem revelar a fonte) também suscita discussões sobre a conduta ética dos jornalistas. Os manuais de redação de empresas de comunicação sugerem que o off seja usado apenas quando a fonte for muito confiável ou quando a informação puder ser checada. Ainda de acordo com os manuais, o ideal é que as informações dadas em off sejam confrontadas com a opinião de pelo menos duas outras fontes. A proteção das fontes de informação é uma preocupação:

“O jornal considera dever ético proteger as fontes de informação às quais prometeu anonimato. Essa proteção será mantida até mesmo diante da interpelação judicial, assumindo a empresa jornalística os ônus pela defesa de seus profissionais que se recusarem a identificar suas fontes. O direito ao anonimato só desaparece se o jornal se convence, sem sombra de dúvida, de que a fonte deliberadamente lhe forneceu informação falsa” (GARCIA, 1992, p.122.).

O jornal O Globo deixa claro em seu manual de redação as situações que admite a intervenção das fontes na manipulação de suas declarações:

“Na entrevista exclusiva, o entrevistado é dono de suas opiniões, análises e previsões até o momento em que a entrevista é publicada. Tem o direito de modificar suas declarações e mesmo cancelá-las. Esse privilégio não existe em declarações factuais, especialmente no caso de confissão de erro ou delito” (GARCIA, 1992, p.117.).

Os jornalistas precisam ter o discernimento necessário para identificar as contradições nas informações que recebem, sejam elas da fonte mais fidedigna. Mas a luta por audiência entre os

diversos órgãos de imprensa - que demanda a busca a todo custo pelo furo - aliada à situação de um mercado com um número cada vez menor de vagas para uma quantidade crescente de profissionais, criou uma espécie de indústria do denunciamento, que muitas vezes desvirtua a função do jornalista.

Não se pode negar que o trabalho incansável de repórteres na investigação de escândalos de toda natureza foi importante para a consolidação da democracia. Segundo Philip Meyer, a denúncia dos desvios de condutas dos outros pode trazer benefícios para o comportamento dos jornalistas: "...as pessoas que ganham a vida expondo os delitos dos outros têm uma necessidade especial de manter seu próprio comportamento acima das críticas" (MEYER, 1987, p.10).

Em outro trecho do mesmo livro, Meyer retoma a questão. Segundo ele, os períodos de maior preocupação ética das empresas de comunicação parecem coincidir com momentos em que outras instituições, principalmente o poder público, estão enfrentando problemas:

"O primeiro código de ética da American Society of Newspaper Editors veio numa época em que o governo nacional estava com problemas a respeito do escândalo de Teapot Dome e suas revelações sobre a conversão de recursos de petróleo publicamente possuídos para lucros privados. A segunda maior onda de autoria de códigos foi meio século depois, quando o caso Watergate revelou outra instância de corrupção no governo nacional. Se o seu negócio é chamar a atenção para os pecados dos outros, a idéia de que você pode ter alguns próprios pode ser realmente perturbadora. Além de fazê-lo se sentir hipócrita, pode dar aos seus alvos enraivecidos a oportunidade de distrair a atenção de suas próprias transgressões atacando as suas" (MEYER, 1987, p.260.).

Mas nem tudo que é denunciado merece publicação. A busca do furo leva profissionais de imprensa a transformar suposições ou indícios em verdades absolutas. Na ânsia de obter o furo de reportagem, muitos jornalistas parecem ignorar um dos princípios mais elementares do direito, o de que a presunção de inocência é uma prerrogativa de cada cidadão. Todos são inocentes, até que se prove o contrário.

"É norma elementar de cautela não divulgar acusação à qual falte comprovação fornecida por pelo menos duas fontes independentes. Investigar é descobrir verdades, o que vai muito além de colecionar queixas e acusações" (GARCIA, 1992, p.121.).

O problema do equilíbrio na tomada de decisões éticas é particularmente complexo onde o tema é a proteção da privacidade ou outros valores que requerem alguma restrição na publicação. Philip Meyer sugere duas categorias de problemas de privacidade:

“...uma é o uso de métodos de reportagem questionáveis e intrusivos para obter informação que de outra maneira não seria disponível. A outra é a revelação desnecessária de fatos privados dolorosos ou embaraçosos, independentemente de como são reunidos” (MEYER, 1987, p.124.).

Meyer usa como exemplo o caso Watergate, que levou à renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon. Ele destaca os aspectos pouco éticos do trabalho dos jornalistas Robert Woodward e Carl Bernstein, do Washington Post, na apuração das informações sobre o caso:

“Robert Woodward e Carl Bernstein admitem em certo número de instâncias terem mentido às fontes em *All the President’s Men*. Fingiam ter informações em mãos e na verdade apenas tinham esperança de obtê-las. Disseram a algumas fontes que outros haviam dito coisas a seu respeito quando na verdade isso não ocorrera. Um deles fingiu mesmo ser Donald Segretti ao telefone” (MEYER, 1987, p.132.).

Vale lembrar que tal matéria rendeu aos repórteres um prêmio Pulitzer, em 1973. O próprio Philip Meyer reconhece no mesmo livro a aprovação de práticas fraudulentas na apuração quando a função é monitoração de serviços sociais.

A necessidade de auto-promoção também pode levar o jornalista à condutas nada éticas, como, por exemplo, adotar a postura de fonte misteriosa gratuitamente para dar a si mesmo um ar de importância.

Uma questão polêmica é a que envolve a divulgação dos nomes de pessoas envolvidas em inquéritos policiais. Juridicamente, um inquérito policial não significa muito. Trata-se de uma peça informativa que pode, ou não, fundamentar a denúncia de um promotor de justiça. Para que alguém seja considerado culpado, é preciso uma sentença transitada e julgada. As próprias empresas de comunicação reconhecem isso em seus manuais de redação, como no do jornal O Globo: “Vale para o jornal o princípio de que todas as pessoas são inocentes até condenação passada em julgado. Até então, há suspeitos, acusados, indiciados, denunciados, réus” (GARCIA, 1992, p.114.).

Mas o mesmo manual de redação estabelece algumas exceções: “os presos em flagrante, os incriminados por tal volume e qualidade de provas que eliminem qualquer sombra de dúvida, os que confessam espontaneamente sua culpa” (GARCIA, 1992, p.114.). Mas o grau de falibilidade da justiça e a conduta muitas vezes questionável das autoridades policiais no Brasil

reforçam a necessidade de um correto trabalho de apuração para a abertura das exceções propostas pelo jornal O Globo.

Mas se juridicamente os inquéritos policíacos não são decisivos para a situação dos acusados, uma matéria mal apurada e redigida sobre o caso, pode trazer conseqüências muito mais perturbadoras. A opinião pública acaba retendo o indiciamento ou mesmo a investigação da vida de alguém como algo extremamente grave. O jornal pede atenção redobrada dos jornalistas no uso correto das palavras:

“...em noticiário sobre corrupção, tráfico de influência e abuso de poder em geral, ligação e envolvimento (e os verbos correspondentes) são palavras inevitavelmente entendidas como significando participação no crime, cumplicidade. Estarão sendo mal usadas sempre que a notícia não provar (algo diferente de sugerir) que a relação é delituosa” (GARCIA, 1992, p.116.).

A discussão ganha ainda mais complexidade quando observada por outro prisma. Se por um lado a não divulgação, nos veículos de comunicação, dos nomes dos acusados pode evitar a destruição da reputação de inocentes, por outro poderia ter impedido, por exemplo, as empresas jornalísticas de noticiarem casos como o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que sofreu investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mais importante que a divulgação ou não de nomes parece ser a checagem da consistência das informações publicadas. É preciso que o repórter, mais do que a obediência à códigos de ética, tenha um compromisso com sua própria consciência no sentido de não reproduzir pura e simplesmente o que existe nos inquéritos, mas tentar questioná-los sempre que possível; o que significa o exercício da correta apuração das denúncias.

Não é difícil encontrar exemplos do massacre de inocentes pela imprensa. Como o caso do ex-ministro da Saúde, Alcení Guerra, que foi acusado de fraude na compra de bicicletas em 1992. Doze meses depois do bombardeio que sofreu nas manchetes dos jornais, ele foi considerado inocente pela Procuradoria Geral da República. A vida política do ex-ministro, porém, já havia sido sepultada. Dificilmente a retratação terá o impacto do momento da publicação da notícia falsa.

“Nunca a imprensa se desculpou tanto como no caso da Escola Base”. (RIBEIRO, 2000, p. 145.).

O caso que envolve a suposta prática de abusos sexuais contra crianças na Escola Infantil Base, no bairro da Aclimação, Zona Sul de São Paulo, em março de 1994, é outro exemplo de como o trabalho inadequado da imprensa pode destruir a reputação e a vida das pessoas, muitas vezes de maneira irreversível.

Os donos da Escola Base - Maria Aparecida Shimada, Icushiro Shimada, Paula Milhin de Monteiro Alvarenga e Maurício de Monteiro Alvarenga, mais os colaboradores Saulo Nunes e Mara Cristina da França Nunes - foram injustamente acusados pela polícia de promover orgias com menores na escola infantil que mantinham. O episódio é um dos mais graves da relação entre polícia, mídia e acusados na história do país.

“Todos os veículos de comunicação trataram, então, de mandar seus repórteres para o local que, oficialmente, tinha a responsabilidade de apurar o crime: a delegacia. Para a imprensa, não há coisa mais cômoda do que acampar ao lado de uma autoridade e esperar seus pronunciamentos oficiais” (RIBEIRO, 2000, p.47.).

A polícia deu crédito excessivo à denúncias de mães de alunos da escola e a imprensa assumiu as acusações como fato provado. "Perua escolar carregava crianças para orgia", estampou, por exemplo, a Folha da Tarde. "Escola de horrores", sentenciou a revista Veja. O jornalista Alex Ribeiro mostra como um trabalho mais acurado de apuração poderia ter dado outro rumo ao caso:

“...há muita gente... que interfere nas matérias além dos repórteres. E essa gente, onde se enfiou durante todo o tempo? Os pauteiros não sugeriram que os repórteres ouvissem os vizinhos e os empregados do prédio para saber se havia por lá algum tipo de entra e sai de crianças? Os editores não reclamaram da aceitação integral das informações oficiais?” (RIBEIRO, 2000, p.8.).

Ribeiro afirma ainda que, durante a apuração das denúncias contra os proprietários da Escola Base, a imprensa deixou de lado toda preocupação profissional e ética. Na busca por furos, segundo o jornalista, os veículos de comunicação já não narravam apenas o que era informado pela autoridade policial, mas davam voz a todas as pessoas que quisessem denunciar.

“No dia 1º de abril, surgiu uma nova “vítima”, agora por meio de denúncia telefônica à delegacia. A acusadora era identificada apenas como “a mãe de R.”, segundo O Estado (jornal), ou “a mãe de C.”, segundo a Folha. Mais uma vez, o que os jornais publicaram nunca se confirmaria no inquérito policial. E, novamente, os leitores ficaram sem nenhuma satisfação posterior” (RIBEIRO, 2000, p.56.).

“...alguém soltava as informações entre os jornalistas, que as tomavam como quentes, exclusivas, e passavam adiante sem se perguntar se a fonte que eles protegiam em off estava fazendo jogo limpo” (RIBEIRO, 2000, p.120.).

O efeito dessas mensagens foi catastrófico. Os seis acusados, ou condenados, pela imprensa tiveram o patrimônio saqueado, a honra maculada e a liberdade privada. Ao perceber o erro, os jornalistas tentaram se desculpar, mas já era tarde. Nem a absolvição da justiça tirou das feições dos injustamente acusados a marca indissociável da suspeita.

Os acusados foram considerados inocentes ao final de um inquérito encerrado às pressas para que todos esquecessem o pesadelo. Eles ganharam uma indenização de cem salários mínimos por danos morais a ser paga pelo governo de São Paulo. Nenhum policial foi punido, apesar de alguns acusados terem sido torturados. Também não há notícia de que algum jornalista tenha recebido punição pelo péssimo comportamento profissional.

O caso Escola Base ficou como um símbolo da inexatidão e julgamento apressado da mídia na busca pelo furo de reportagem. Talvez seja o caso em que houve maior autocritica da imprensa, embora a causa do erro jamais tenha sido atacada: a relação promíscua entre repórteres e policiais. A imprensa continuou a divulgar como verdades as deduções precipitadas da polícia, que peca por investigar pouco e julgar muito.

Pelo lado da imprensa, a principal lição no caso Escola Base não pode ser encontrada em livros didáticos ou formas éticas acabadas, mas na reflexão que estimula nos jornalistas. Nem todos os pedidos de desculpa são suficientes para reparar os danos morais causados àqueles indevidamente acusados nas manchetes da mídia. Os prejuízos são irreversíveis. Esse é um tema que não pode deixar de ser objeto de reflexão entre jornalistas e teóricos da comunicação.

“...ética não é mordaca. O que ela pede não é menos notícia, mas notícia correta: a informação completa, digna” (GARCIA, 1992, p. 111.).

A breve análise do material veiculado pelas empresas de comunicação mostra que a obediência aos manuais de redação nem sempre é suficiente para a prática do bom jornalismo. Há decisões extremas que devem ser tomadas imediatamente e, nesse momento, a experiência do profissional pesa mais do que qualquer guia de conduta. Nas palavras do jornalista Philip Meyer:

“No ethos do jornalismo, há dois tipos de códigos. Um tipo escrito por uma comissão é tornado público e representa com bastante honestidade como os jornalistas pensam que deveriam agir. O outro tipo é não-escrito, oculto às vezes da consciência dos próprios jornalistas. Por ser freqüentemente inconsciente, esse último código é muito mais difícil de descrever e analisar. Mas é o mais poderoso de ambos” (MEYER, 1987, p. 38.).

O mesmo autor fala sobre a ambigüidade na discussão das questões éticas:

“O começo da sabedoria ética no negócio jornalístico é aceitar certa quantidade de ambigüidade. As regras podem ser escritas sem serem simplistas por um lado ou exageradamente gerais por outro. Mas as melhores regras podem ser um pouquinho emaranhadas, podem permitir a necessidade de um pouco de decisões de campo de batalha...” (MEYER, 1987, p.114.).

Os jornalistas não podem perder de vista a responsabilidade de, além de munir o público com o maior quantidade de informação relevante, ajudá-lo, auxiliá-lo na percepção do real. E por mais que se esforce em ser imparcial, os jornalistas acabarão fazendo coisas diferentes e conflitantes a pessoas, grupos ou ideais diferentes. Numa sociedade diversificada, a discussão da imparcialidade é tão complexa que é difícil pensar numa solução direta. O que é justo para um grupo irá parecer tendencioso a outros. Uma ação empreendida para resolver o problema em uma área irá criar novos problemas em outras áreas.

Alguns profissionais nutrem a crença de que podem se isolar do resto do mundo na tentativa de buscar uma conduta objetiva e imparcial. Segundo Philip Meyer, a necessidade de fazer recortes para a confecção das matérias quebra o mito da objetividade:

“O mundo real é tão complexo e sutil que não podemos lidar com ele sem alguns meios de selecionar, reordenar e traçar padrões em seus elementos. A necessidade de tais modelos perceptivos simplificadores é inescapável. A noção de reportagem objetiva é em si mesma uma ficção” (MEYER, 1987, p.83).

O mesmo jornalista ressalta, porém, que, mesmo inalcançável, a busca da objetividade não deve ser abandonada pelos jornalistas.

“O fato de que uma objetividade literal é impossível não deveria desencorajar os jornalistas a lutar por ela. A maior parte dos valores ideais prezados em nossa sociedade são impossíveis de atingir em forma pura. Sempre temos de nos acomodar com algo menos. A verdade dificilmente se encontra à mão... e é exatamente por isso que deveríamos tentar tão diligentemente e os jornalistas devem resistir à tentação de abandonar a luta e tentar algum caminho mais fácil” (MEYER, 1987, p.100).

O manual de redação do jornal O Globo trata o tema de maneira semelhante:

“É intolerável que o processamento da informação seja deliberadamente posto a serviço de fins políticos, ideológicos e pessoais. Mas existe o abuso involuntário: ninguém consegue despir idéias e sentimentos como quem tira um paletó antes de começar um dia de serviço. Ainda assim, mesmo sabendo que a isenção absoluta é impossível, é dever do jornalista tentar, o tempo todo, ser absolutamente isento” (GARCIA, 1992, p. 112.).

7 PALAVRA DE QUEM FAZ²

Mesmo reconhecendo que grande parte dos conceitos que dão sustentação a este trabalho foi obtida a partir da opinião de jornalistas, considerou-se importante buscar as opiniões de três reportes, em atividade, sobre o trabalho de apuração feito na imprensa brasileira atualmente. Escolheu-se três jornalistas de diferentes veículos, mas que têm em comum a paixão pela redação, são eles: Chico Otávio, repórter da editoria Nacional de O Globo; Ricardo Ferreira, repórter do Sistema Globo de Rádio; e José Messias, repórter da editoria de Cidade do jornal Extra.

Considerando os vários tipos de apuração, perguntou-se aos jornalistas quais as especificidades do trabalho de apuração. Ricardo Ferreira ressaltou o tratamento que é preciso dar às informações a fim de decidir o peso que será dado à notícia. Falando especificamente da apuração no radiojornalismo, Ferreira lembrou que, como as equipes são compostas por poucos repórteres, é fundamental checar os dados apurados para que uma equipe de reportagem não seja mandada à toa para o local onde aconteceu ou está acontecendo o fato a ser noticiado. Segundo ele, um bom jornalista necessariamente tem que ser bom na apuração.

Chico Otávio afirmou que a apuração serve para resolver todos os problemas da matéria. Assim como Ricardo Ferreira, Chico lembrou que a apuração também pode derrubar a matéria, sendo essencial que o jornalista tenha maturidade para reconhecer isso, por mais que ele acreditasse na validade das informações que estava levantando. Segundo o repórter do Globo, há

² Entrevistas feitas com os repórteres Ricardo Ferreira, do Sistema Globo de Rádio; Chico Otávio, do jornal O Globo; e José Messias, do jornal Extra.

diferentes tipos de estratégias de apuração, dependendo da natureza do assunto. Da mais simples, que pode ser resolvida com uma ligação, até a mais complexa, mais sofisticada, que demanda visitas a cartórios, consultas a arquivos públicos, muitas vezes mais de uma entrevista, a checagem com duas, três, quatro fontes diferentes.

José Messias ressaltou que, no trabalho de apuração jornalístico, antes de qualquer coisa, o repórter precisa saber a natureza das informações de que necessita. Assim ele vai encontrar com mais eficiência e rapidez os elementos para comprovar o que você quer afirmar. Durante a apuração, Messias disse privilegiar as informações mais detalhadas e, se possível, oriundas do maior número de fontes.

Sobre os requisitos necessários para ser um bom apurador, Chico Otávio destacou empenho exigido pela busca de informações no Brasil. Segundo ele, às vezes, o repórter tem que abrir mão do seu tempo pessoal para se dedicar a uma matéria. Chico criticou a redução constante do número de profissionais dentro das redações, o que acaba originando um jornalismo muito superficial, que não permite o aprofundamento das apurações.

O repórter do Globo se mostrou ainda mais decepcionado com a dificuldade do acesso à informação pública no Brasil. Para Chico Otávio, a autoridade pública acha que a informação é um bem privado, jogando com isso para se manter no poder. Ele citou Peru e Argentina como exemplos de países que têm leis de acesso à informação que deixam claro o que é público e o que é privado. Chico alertou para a necessidade do desenvolvimento de uma cultura de arquivamento e disponibilização de documentos públicos no Brasil. O jornalista reconheceu que a mídia precisa amadurecer para saber usar bem as informações que terá em mãos.

Ricardo Ferreira elegeu a curiosidade, a iniciativa, a rapidez, e a perseverança para não se deixar levar pela primeira impressão como as principais características de um bom apurador. O radiojornalista afirmou que é preciso checar incansavelmente as informações coletadas. Ferreira garantiu que, por adotar esse princípio, jamais passou pela constrangedora situação de ter que desmentir uma informação que ele mesmo havia levado ao ar. Ele também considera que um bom apurador deve saber cultivar as fontes, que seriam cativadas pela credibilidade que o jornalista consegue transmitir.

A curiosidade também foi apontada por José Messias como sendo um traço marcante da personalidade do bom apurador. Ele considera importante o jornalista se colocar no papel do leitor, encontrar as informações que o público necessita.

Também foi perguntado aos jornalistas se deve haver um profissional trabalhando exclusivamente na apuração dentro das redações. Chico Otávio é contrário a essa fórmula. Para ele, o revezamento é salutar em qualquer redação. Chico acha que a setorização dos repórteres por muito tempo gera alguns vícios, principalmente na relação com as fontes. O jornalista vê como estratégica a existência de uma sala de captação de informações, principalmente na área policial.

José Messias tem opinião diferente da do repórter do jornal O Globo. Segundo ele, quanto mais o jornalista fica no setor, mais ele tem condição de fazer boas fontes, a partir da credibilidade que conquista na sua área de atuação. Messias mencionou alguns profissionais que prestam grandes serviços às suas equipes trabalhando exclusivamente na apuração de notícias, como as jornalistas Ermelinda Rita, da Rádio Globo; Penha, da Record, e Virgínia, da TV Globo.

Ricardo Ferreira acredita na validade do apurador fixo para o radiojornalismo. Na visão dele, esse profissional deve ter experiência e conhecer a geografia da cidade para orientar as equipes de reportagem que estão trabalhando na rua, fazendo a ligação entre eles e a redação. Ferreira lembrou que, muitas vezes, é o apurador que vai dizer para o repórter para onde ele tem que se deslocar. O repórter da Rádio Globo admitiu, porém, que a apuração ainda é tratada como uma atividade inferior, pois, além de cansativa, não proporciona a visibilidade das matérias feitas no local onde o fato aconteceu.

Os entrevistados apresentaram opiniões semelhantes sobre a influência do nome do profissional e do veículo de comunicação no trabalho de apuração. Chico Otávio afirmou que a credibilidade do veículo em que o jornalista trabalha pesa na decisão de alguém de dar ou não uma entrevista. Segundo ele, a credibilidade faria mais diferença que o nome da empresa ou do profissional.

Ricardo Ferreira considera fundamental que o jornalista se identifique quando está apurando por telefone. Segundo ele, a marca de um veículo de comunicação consagrado no mercado altera a conduta da fonte, tornando-a mais receptiva. Nas palavras do radiojornalista: "quando você diz que é da Rádio Globo, da TV Globo ou de um jornal de renome, é claro que você ganha muito mais respaldo do que se você fosse da Rádio Deus Me Livre". Ferreira afirmou que isso vale também para o profissional com credibilidade: "Depois de um tempo trabalhando com honestidade, você recebe uma grande quantidade de informação".

José Messias concorda com os colegas, mas critica tal comportamento. Ele acha lamentável o fato das fontes darem mais atenção ao jornalista por causa da empresa onde ele trabalha. Segundo Messias, para determinados jornais, a matéria cai no colo; a fonte liga para passar.

A necessidade de preparação do profissional antes do trabalho de apuração de informações também foi discutida com os jornalistas. Chico Otávio considera que tal prática facilitaria a obtenção de dados mais relevantes para a matéria, mas admite que essa uma prática cada vez mais rara dentro das redações. Segundo ele, a redução das equipes nas redações gera acúmulo de pautas e empobrecimento do trabalho de apuração. Chico ressaltou que, muitas vezes, o repórter é surpreendido pela pauta, partindo do zero para a busca de informações.

José Messias lembrou que, quando cobre um setor específico, o repórter consegue trabalhar com uma certa margem de segurança. Muitas vezes, segundo ele, o repórter é avisado com antecedência sobre uma pauta, por exemplo. Como exemplo, ele citou as operações da Polícia Federal, onde trabalha como setorista. Messias afirmou que, independente disso, é fundamental o repórter ler muito: "Eu costumo recomendar: chegue uma hora mais cedo, pegue todos os jornais e leia, vá na pesquisa ver os arquivos do jornal".

Ricardo Ferreira preferiu atribuir mais importância à elaboração de boas perguntas. Para o repórter da Rádio Globo, saber perguntar é uma arte. Ferreira acredita que o repórter precisa observar o ambiente que norteia a apuração e, com rapidez, elaborar perguntas objetivas, de preferência as mais simples: "É preciso bancar o burro, fazer perguntas óbvias para extrair o máximo de informação das fontes. Até porque o jornalista é o famoso especialista de coisa nenhuma. Se não for humilde para reconhecer sua ignorância, o repórter pode cair do cavalo. Pergunte sempre, pergunte tudo. Na dúvida, pergunte".

Também se tentou descobrir quais as ferramentas necessárias para um bom trabalho de apuração. Para Chico Otávio, mais importante que os instrumentos, é o conhecimento acumulado pelo jornalista. É indispensável dominar o assunto da matéria e saber o que é importante para o público. O repórter do Globo afirmou, porém, que a agenda é um instrumento de trabalho muito importante, por colocar os telefones ao alcance do jornalista nos momentos importantes.

Ricardo Ferreira também elegeu a agenda telefônica como um dos grandes aliados dos jornalistas: "A boa agenda salva o repórter. Imagine um final de semana, um feriado, e você não tem ninguém para dar informações. Se você não tiver bons contatos, está morto". O

rádio rastreador da frequência policial, mesmo proibido, também foi lembrado pelo repórter da Rádio Globo. Ferreira fez questão de ressaltar que o rádio-patrolha deve ser usado pelo jornalista como um mero orientador sobre as coisas que estão acontecendo na cidade. Posteriormente, seria preciso ir ao telefone para checar aquelas informações.

José Messias classificou a internet como um instrumento fantástico para a apuração, por encurtar distâncias. Ele afirmou que há sites que possibilitam descobrir informações sobre pessoas que estão em qualquer parte do mundo: "Você consegue checar se o cara tem propriedade nos Estados Unidos, se não tem. Descobre até se o CPF dele é legítimo ou não." Messias também mencionou a validade de uma boa agenda telefônica: "Com o tempo você vai acumulando fontes e isso facilita o seu trabalho".

O custo do deslocamento de uma equipe de reportagem interfere na decisão entre apurar uma matéria por telefone ou ir para o local onde o fato se desenvolve. Chico Otávio disse que uma redação não pode prescindir do telefone como meio de apuração. Mas deixou claro que há determinadas situações em que a observação é mais importante do que as declarações que serão dadas. Segundo ele, o lide da matéria pode estar no comportamento, nas reações, até no modo de se vestir do entrevistado; detalhes que só a observação fornece: "Muitas vezes o lide está no comportamento e no ambiente não nas declarações da fonte".

José Messias destacou a dificuldade de obter informações por telefone no seu setor de atuação, a Polícia Federal: "Quem grampeia não gosta de falar por telefone". Segundo o repórter do Extra, é fundamental o jornalista estar sempre na rua, vendo e sendo visto. Além disso, ele acha mais fácil a fonte passar uma informação importante pessoalmente do que por telefone: "Sempre que possível, busque o contato pessoal". Contudo, Messias lembrou que, sem o trabalho de apuração feito por telefone dentro da redação, não há como cobrir os vários fatos que ocorrem numa cidade como o Rio de Janeiro.

Ricardo Ferreira considera que, quando a matéria assume uma proporção muito grande, é hora de largar o telefone e ir para rua. Nesses momentos o feeling do jornalista é fundamental. Segundo Ferreira, o apurador é o termômetro da redação, avaliando constantemente a importância das pautas: "Chega uma hora em que você sente que a tua apuração pelo telefone não consegue avançar mais. Aí é hora de mandar alguém para a rua, para o local onde o fato está acontecendo".

Em relação ao uso da Internet como fonte para apuração de informações de interesse jornalístico, Chico Otávio mostrou certa reticência. Ele mencionou a importância do e-mail, ao

permitir que você fale com qualquer cidadão no planeta. Também não desmereceu a internet como mega banco de dados. Mas foi enfático ao afirmar que não se deve confiar integralmente nas informações que a internet oferece. Chico não abre mão de cruzar as informações obtidas na internet com outras fontes de dados.

Ricardo Ferreira também destacou os cuidados que precisam ser tomados ao usar a internet na apuração. Segundo ele, é preciso ter cuidado até com os sites com conteúdo jornalístico. Ferreira acredita que, por mais que o veículo seja sério, os repórteres da web trabalham sob muita pressão. A necessidade de instantaneidade leva à veiculação de matérias sem a devida apuração, aumentando o índice de erros.

Mesmo sendo um entusiasta da internet, José Messias lembra que é preciso filtrar o material disponibilizado na internet: "Você tem páginas com as quais, usando um número de CPF, pode levantar toda a vida de uma pessoa, até as propriedades dela no exterior. É esse tipo de informação que você tem que buscar". Segundo Messias, a checagem das informações é fundamental, pois, dos milhões de sites disponibilizados numa busca, a maioria apresenta informações inúteis. O repórter do Extra revelou que dá prioridade aos sites oficiais.

Também foi perguntado se os avanços da tecnologia foram acompanhados pela otimização do trabalho de apuração dos repórteres. Chico Otávio considera que a imprensa brasileira ainda não está no ponto ideal, mas já ganhou bastante qualidade. Ele destaca a separação, nos anos 50, entre opinião e informação e a profissionalização das redações: "A profissão deixou de ser um bico". Chico também afirma que a conquista da democracia trouxe mais consciência para o cidadão, tornando-o muito mais atento, muito mais vigilante dos abusos que a mídia possa cometer.

Abordando mais especificamente da apuração de informações, José Messias considera que o trabalho melhorou em parte. Segundo ele, no passado, quando havia um grande caso, um jornalista era designado exclusivamente para aquela missa. Messias acredita que, trabalhando dessa maneira, o repórter acumulava mais informações. Em relação aos dias atuais, ele acha que a falta de tempo e o acúmulo de pautas comprometem a apuração e a contextualização das matérias: "O jornalista precisa de mais tempo para se inteirar do assunto. Às vezes, o cara chega na redação e já tem três pautas. E aí dizem: aproveita e cobre aquele caso. Faz a suíte daquele caso. O trabalho fica comprometido".

Ricardo Ferreira acha temeroso comparar o radiojornalista de hoje com o de algumas décadas atrás, em função das transformações experimentadas pelo veículo, não só tecnicamente como no conteúdo das mensagens transmitidas. Ferreira se mostrou decepcionado com algumas dessas mudanças: “O rádio hoje está muito formatado, muito engravatado. Você perdeu a coisa mais interessante que era o bate-papo, a espontaneidade. O repórter entrava no ar conversando com o comunicador. Hoje você tem que escrever o flash e sair lendo aquilo ali no ar. Rádio é improvisado, você não pode ficar preocupado em gaguejar. Pelo contrário, isso acaba dando um sentido de autenticidade ao seu trabalho; o ouvinte percebe que você está ao vivo no local do fato”.

Os entrevistados avaliaram um dos maiores dilemas do jornalismo: dar a informação primeiro, o furo, ou dar a informação melhor, com apuração mais aprofundada. Chico Otávio afirmou que o ideal é tentar combinar as duas coisas, dando a informação primeiro e com a melhor apuração: "Temos que buscar o objetivo máximo do nosso trabalho. Dar na frente, mas um furo bem apurado e consistente. Esse é o melhor."

José Messias acredita que jornais e jornalistas dão diferentes enfoques a questão. Segundo ele, para os jornais é sempre importante dar primeiro, mas para os jornalistas é melhor dar a notícia mais apurada. Messias alegou que em outros países, como os EUA, não há tanta preocupação com o furo: "Se vier, fantástico. Mas eu já vi muito o New York Times e o Washington Post, que são jornais rivais, competidores diretos, um fazendo suite do outro". Messias criticou a postura dos jornais concorrentes no Brasil: "Aqui a gente costuma desprezar a informação do outro. Quando um jornal vem com uma boa matéria, o concorrente despreza. Aquilo vira notinha."

Ricardo Ferreira foi enfático ao dizer que prefere dar a informação com a maior riqueza de detalhes. Ele admitiu que, até por instinto, o jornalista sempre persegue o furo, mas é o fato de dar notícias certas que vai dar credibilidade ao profissional. Segundo Ferreira, sempre que restar qualquer dúvida, é porque aquela matéria não está madura, não está pronta para ser veiculada. O repórter da Rádio Globo se orgulha de nunca ter precisado fazer uma matéria para desmentir uma outra mal apurada: "O ouvinte vai saber que, quando você entrar no ar, aquela é uma informação séria. Porque você nunca teve que fazer um desmentido. Isso, graças a Deus, ainda não aconteceu comigo".

Outra questão fala sobre os recursos para obter boas fontes. Chico Otávio enfatizou o respeito ao entrevistado. Segundo ele, é a construção de uma credibilidade ao longo da carreira que faz o jornalista contar com essa rede de contatos, fontes que confiam no trabalho dele. Ele também considera que o jornalista não pode ser apressado, tendo que pensar com cuidado no tipo de informação que necessita antes procurar a fonte.

Ricardo Ferreira afirmou que a relação com as fontes é baseada na confiança. Segundo ele, é preciso tempo, experiência de trabalho, para que o jornalista consiga formar uma lista de fontes confiáveis. A conduta dos jornalistas no tratamento das informações fornecidas pelas fontes é decisiva no futuro dessa relação. A velocidade com que as informações são transmitidas no Rádio também faz diferença: "Quando você liga para a fonte para obter informações, a gente faz isso de maneira rápida, a gente já sabe a quem procurar. Isso é fundamental".

José Messias ressaltou que é preciso observar a qualidade das fontes; um trabalho árduo, paciente, que exige tempo. Para Messias, o contato olho no olho com as fontes é essencial: "Você tem que ir às pessoas. Um dia a fonte vai perceber que você está todo dia ali e vai pensar: esse cara está sempre aqui, vou dar uma colher de chá para ele. E dá uma informação legal para você". Segundo Messias, a primeira entrevista vai decidir o futuro dessa relação: "Um erro ali e você compromete a relação e até mesmo o seu futuro profissional. Não importa onde você trabalha, o teu patrimônio é a fonte. Se um dia você sai de um jornal e vai para o outro, a sua fonte vai acompanhar você".

Até que ponto o jornalista pode confiar nas informações fornecidas pela fonte? Segundo Chico Otávio, o repórter não deve confiar absolutamente numa entrevista. Ele sempre confronta esses dados com outras informações. Segundo o repórter, a apuração tem que resolver todos os problemas da matéria, principalmente as dúvidas: "Eu duvido sempre. Mesmo com uma fonte que eu conheça bem. Não é uma dúvida perversa. Às vezes ela pode estar enganada. Não custa nada, até por uma questão de respeito ao leitor, você cruzar aquela informação com uma outra fonte ou até mais de uma".

José Messias também não mede esforços para checar a validade das informações que recebe. Ele só abre precedente para fontes confiáveis, com uma relação muito sólida. Nos primeiros contatos, segundo Messias, o ideal é nunca ouvir só uma pessoa: Vê se o que aquele cara está falando bate com o que já foi publicado ou não. Escuta mais gente. Isso não custa nada e vai ser fundamental para o jornalista".

Ricardo Ferreira considera que o contato visual com a fonte diminui a possibilidade de obtenção de informações incorretas: "É fundamental esse olho no olho. Até para você perceber se a informação que o cara está te passando merece credibilidade. O cara vai pensar duas vezes antes de passar uma informação errada porque você está no local, você está cercado-o, está olhando para ele".

Falando mais especificamente da natureza da relação entre jornalistas e fontes, Chico Otávio disse que deve haver um distanciamento entre eles. Segundo Chico, a amizade pode trazer transtornos em algum momento: "Você se deparar com uma denúncia contra a tua fonte que virou amigo pode te causar um aborrecimento pessoal. Prefiro, na medida do possível, manter um certo distanciamento".

Ricardo Ferreira também considera salutar a manutenção de um certo distanciamento em relação às fontes. Contudo, ele admitiu que, em alguns casos, até pelo tempo de contato, não dá para negar a amizade com as fontes: "São amigos, parceiros seus que acabam virando fontes. Você vai cortar a amizade com aquela pessoa por causa disso? Claro que não. Ferreira ressaltou que, mesmo nesses casos uma abordagem crítica é indispensável: "Mas uma coisa tem que ficar clara, se o cara pisar na bola e errar, você vai ter que dar aquela informação".

José Messias tem opinião semelhante a de Ferreira. Segundo ele, pode até haver amizade, mas é importante deixar claro para a fonte que o jornalista vive de notícias: "Se você vai me contar uma coisa que eu não posso publicar, é melhor não falar. Nós somos amigos, tudo bem, mas existe essa coisa: se você fizer uma besteira, eu vou publicar. Se eu souber e tiver provas, eu vou te denunciar". Messias lembrou que o principal compromisso do jornalista é com o seu público.

Os jornalistas também avaliaram a necessidade de informar à fonte a natureza da matéria que está sendo produzida. Para Chico Otávio, o jornalista tem a obrigação de ser honesto com o entrevistado: "O melhor jornalismo é aquele de peito aberto. Em que você convence dizendo tudo o que pretende com a entrevista". Mas em função da dificuldade de acesso a determinados tipos de informação, ele admite que o jornalista esconda as motivações da matéria: "Num cenário como o nosso, onde o setor público se esforça para guardara informação, eu até entendo o uso desses recursos em nome do direito do público á informação. Mas o melhor é que isso seja usado apenas em situações excepcionais".

José Messias prefere adotar uma postura mais sigilosa: "Primeiro você deve ter todas as provas nas mãos. E para isso você vai usar os meios necessários, dentro da ética jornalística, para conseguir. Tendo isso nas mãos, aí você pode revelar a matéria para a fonte". Messias afirmou que essa conduta é ainda mais importante quando o repórter está falando com a pessoa que vai ser citada diretamente na sua matéria: "É importante porque dá ao cara o direito de se defender. Quando você tiver chances, é claro. Se o cara estiver foragido, por exemplo, você nunca vai conseguir falar com ele".

Ricardo Ferreira considera importante localizar a fonte, mas alega que a conduta do jornalista vai depender do conteúdo da matéria: "Numa matéria investigativa, por exemplo, pode valer a pena você omitir algumas informações. Ver o que o cara tem para te dar". Ferreira lembrou que as fontes também podem ter interesse nas informações do jornalista: "É um jogo. Obviamente você não vai dar tudo para o cara de mão beijada. Você passa um pouco de informação, vê o que ele tem ou não. Ele pode dizer que está por dentro, mas na verdade não saber nada. Está jogando com as suas informações. Espere para ver o que o cara vai te dar".

Outra polêmica questão discutida com os jornalistas diz respeito ao uso do off, quando a fonte não permite que a informação seja atribuída a ela na notícia. Chico Otávio disse que usa o off apenas em situações excepcionais. Ainda assim ele revelou que, para usar tal recurso, comunicou aos seus superiores no jornal quem a fonte que tinha dado a informação: "Eu usei o off com aprovação deles. Eles saibam quem era minha fonte e autorizaram a publicação da matéria. Mais do que um pedido de autorização, eu queria uma troca de idéias".

Em relação à violação do off, quando o jornalista decide divulgar o nome da fonte contra sua vontade, Chico afirmou que só a defesa do interesse público pode justificar essa atitude.

José Messias também admite quebrar o compromisso com a fonte pela manutenção do interesse público: "Se você tem uma informação que é de interesse público, que vai afetar a vida de muita gente, não dá para respeitar o off". Messias alerta para o perigo das informações sigilosas: "É comum querer atingir uma autoridade. Se você não tem como provar, vai estar atacando uma pessoa que de repente está sendo vítima de uma briga política".

Ricardo Ferreira disse não se sentir muito à vontade com o uso do off. Segundo ele, a fonte tem que deixar muito claro que aquela informação está em off. Se ela não fizer isso, Ferreira vai atribuir a informação à fonte: "Essa relação tem que ser muito objetiva, muito franca. É complicado você dar uma notícia e não poder atribuir a alguém. Se for algo bombástico então, é

fundamental divulgar a origem da informação". O repórter da Rádio Globo considera absurda a divulgação do nome de testemunhas de crimes: "Você pode dizer que há uma pessoa naquela situação, mas não precisa identificar".

O que fazer quando a fonte se nega a dar a informação? Para Chico Otávio, a questão pode parar na justiça: "Se a autoridade se nega a dar a informação e não há razão técnica para essa negativa, vamos à justiça cobrar o dado através de uma decisão judicial". Segundo ele, há três ações ajuizadas pelo jornal O Globo por conta de negativas de esclarecimento de autoridades públicas: "É o caminho mais interessante, o mais lícito a ser seguido para enfrentar essa cultura mesquinha das nossas autoridades no Brasil".

José Messias considera que sempre vale a pena insistir. Mas ele ressalta que é preciso avaliar se não há outra maneira de obter aquela informação: "É preciso usar todas as suas estratégias de apuração. Quais são as maneiras que eu tenho para chegar naquilo ali? Se uma pessoa não quis informar. O ideal é que você tenha mais opções. Se aquela fonte não quer falar, outras querem. Há sempre uma forma de você chegar lá".

Ricardo Ferreira já acha que a insistência do jornalista pode levar a obtenção de informações incorretas. Segundo ele, se a fonte se recusa a dar a informação, o melhor é buscar outras alternativas: "Se o cara não quiser te passar, não adianta que você não vai conseguir. Até porque o cara pode ficar tão aborrecido que pode te dizer qualquer coisa só para se ver livre de você".

Mas e quando é a fonte que procura o jornalista? Os jornalistas revelaram os meios utilizados para não virarem porta-vozes das fontes. Segundo Chico Otávio, mesmo que o jornalista perceba um interesse pessoal da fonte naquele assunto, a apuração mais uma vez vai resolver o problema. Chico acredita que, se a informação for checada com cuidado, se ficar provado que há fundamento, que é de relevância pública, não há razão para se deixar de publicar. "Mesmo que vá beneficiar a fonte, o interesse público está acima disso".

José Messias acha que o jornalista deve agir como um detetive para virar muleque-de-recado das fontes: "É como num crime. A primeira pergunta que um detetive faz quando acontece um crime é: a quem interessa essa morte? Daí ele vai chegar a todo contexto, a toda a história. E o jornalista tem que fazer a mesma coisa. Por que este cara está me passando isso? Quem é esse cara? Que informação é essa?"

Ricardo Ferreira também acha que o jornalista deve se questionar sobre os motivos que levaram a fonte a querer passar aquela informação: "O jornalista tem que ser questionador, tem que ser crítico. É óbvio que o cara tem um interesse em que aquilo seja divulgado. Cabe a você identificar que interesse é esse que está em jogo. Matéria nenhuma cai no colo de bobeira". Segundo Ferreira, a fonte pode estar passando a informação com o objetivo de prejudicar alguém. Ferreira pede atenção redobrada em relação aos órgãos públicos, para que o repórter não acabe virando uma espécie de assessor de imprensa. Para isso, ele procura ouvir a opinião de outras fontes: "Ao invés de fazer uma matéria chapa branca, oficialista, ouve o cara do outro lado. Ouve um especialista naquele assunto. Alguém que possa te dar uma outra visão. Você prepara a matéria, mas deixa que o ouvinte ou leitor tire as conclusões dele".

Os jornalistas avaliaram o uso de questionários nas entrevistas. Chico Otávio afirmou que não existe um modelo único que possa ser aplicado em todas as situações. Tudo vai depender da conjuntura da entrevista e do interlocutor. Segundo ele, para entrevistas mais formais, o melhor é elaborar algumas perguntas antes da entrevista. Nas entrevistas em que domina o assunto, ele acha melhor deixar o papo fluir com naturalidade. Chico lembrou de uma terceira situação: a da conversa, da informalidade.

José Messias disse preferir o diálogo, o bate-papo. Segundo ele, essa abordagem deixar a fonte mais relaxada, mais propensa a liberar as informações. Messias lembrou que até o gravador pode gerar problemas: "As pessoas normalmente ficam receosas quando você liga o gravador, começam a gaguejar ou impostar a voz. Você acaba perdendo informações".

Ricardo Ferreira é outro a abolir o uso de questionários. Segundo ele, o questionário pré-formulado faz o jornalista ir com uma visão pré-concebida para a apuração: "Quando você chega com um questionário, você já está dando a sua visão da matéria, do que você acha que está acontecendo. E às vezes não é nada disso. Fica muito engessado. Você limita o alcance da tua matéria com isso". Ferreira lembra que boas perguntas podem ser tiradas das respostas dadas pelas fontes.

Em relação aos erros que podem ser cometidos durante o trabalho de apuração, Chico Otávio admitiu que seu principal defeito é a incapacidade de mudar o foco da matéria no meio de um trabalho: "Ampliando um pouco mais, é a situação de você entrar numa matéria com uma ideia pré-concebida e não conseguir ajustar o teu foco no andamento da apuração. A vida real nem sempre corresponde ao projeto formulado entre as quatro paredes de uma redação".

José Messias elegeu a pressa, que faz o repórter não checar as informações, como um dos mais graves erros no processo de coleta de informações. Messias apontou a redução do número de repórteres nas redações, que provoca o acúmulo de pautas nas mãos de um mesmo profissional, como a principal causa dessa falta de rigor na apuração.

Assim como Messias, Ricardo Ferreira apontou a pressa como uma das principais inimigas dos jornalistas durante o trabalho de apuração. Segundo Ferreira, a arrogância também pode derrubar o repórter: "Cada dia a gente está aprendendo uma coisa nova aqui. Sempre. Tem que ter confiança. É óbvio. Mas não pode pensar que sabe tudo, senão toma bola nas costas". O repórter da Rádio Globo também considera que não pode haver confiança exagerada numa única fonte: "Você não pode ser preguiçoso, negligente, se contentar com uma versão".

Sobre o momento em que o repórter chega à conclusão de que já tem as informações necessárias para a produção da matéria, Chico Otávio admitiu encontrar dificuldade para responder essa pergunta por ser um fanático apurador. Ele disse receber reclamações dos editores por atrasar o fechamento do jornal: "Eu nunca me dou por satisfeito, sempre acho que está faltando alguma coisa". Mas o repórter do Globo reconhece que, num momento, é preciso para de apurar e começar a escrever a matéria: "Quando a apuração é rigorosa, a matéria se escreve sozinha. Você tem um leque de informações, mesmo sabendo que vai usar apenas 10% disso. O resultado é fantástico".

José Messias disse nunca saber quando acaba uma apuração. Segundo ele, geralmente esse momento acaba partindo não do repórter, mas do chefe de reportagem. Messias alegou ainda que o término da apuração vai depender da área em que se está atuando e o tipo de matéria. Contudo, ele consegue apontar alguns indícios da conclusão da busca de informações: "É preciso ter uma história com princípio, meio e fim, com as implicações muito bem apuradas. Quando você tem isso nas mãos, você pode publicar a matéria sem ter medo de estar deixando o leitor insatisfeito".

Ricardo Ferreira preferiu associar o fim da apuração às respostas das perguntas que compõem o lide: "Você tem a matéria quando consegue responder todas aquelas perguntinhas famosas. Quem, como, quando, onde e por quê. Se você fechou isso aí. Está tudo amarradinho, não restou dúvida, é só escrever a matéria". Ferreira ressalta a importância da contextualização nas matérias para o rádio: "É preciso apurar bem e constantemente. Você faz um primeiro flash. Volta e apura mais. Encorpa a matéria. Entra novamente. Pode até ser redundante, é sempre bom

localizar o ouvinte. Não esqueça que o ouvinte que ligou o rádio naquele momento pode não ser o mesmo que vai estar ligado daqui a meia hora".

Também foi pedido aos entrevistados para que eles relacionassem ética e apuração. Para Chico Otávio, a correta prática jornalística torna os dois conceitos indissociáveis, com o comportamento ético perseguindo todas as etapas do trabalho de apuração. Se esse princípio não for respeitado, Chico considera que o jornalista põe em xeque seu maior patrimônio, a credibilidade.

O repórter do Globo mencionou um caso retratado na monografia, o da Escola Base, de São Paulo. Chico Otávio reconheceu os abusos cometidos por parte da imprensa, mas ressaltou que esse caso não pode ser usado como exemplo do jornalismo praticado no Brasil: "O jornalismo brasileiro não é o jornalismo da Escola Base de São Paulo. O jornalismo brasileiro é o caso Collor, dos Anões do Orçamento, do Painel Eletrônico, do Propinoduto".

Chico Otávio também falou sobre a suposta onda de denunciismo no jornalismo brasileiro. Segundo ele, é preciso diferenciar denúncia e denunciismo: "A denúncia é algo responsável. Ela só é publicada depois de checada. A denúncia tem um papel social, de cobrança, de honestidade, eficiência, de combate à corrupção e à fraude. O jornalismo de denuncia tem toda uma folha de serviços prestados à sociedade. Denúncia não tem nada a ver com denunciismo".

Chico disse ainda que a idéia de que os jornalistas estão dominados pelo denunciismo parte de quem está interessado em engessar a imprensa, os que estão incomodados com aquilo que tem sido publicado: "Quando você falha na apuração e publica irresponsavelmente a matéria, talvez caiba aí o rótulo do denunciismo. Mas isso não é regra no jornalismo brasileiro. Regra normalmente tem sido a checagem, a publicação com responsabilidade e os resultados em benefício da sociedade".

Sobre o caso da Escola Base, José Messias lembrou que um dos principais erros da imprensa foi confiar demais no delgado responsável pelo caso. Segundo Messias, mesmo sendo uma fonte oficial, quando a acusação é muito séria, é fundamental redobrar a atenção e não ter limite de tempo para checar as informações: "Não se precipite. Você tem que lembrar que pode destruir a vida de uma pessoa por uma bobagem, por querer dar um furo, por quer fazer nome. Isso só é conseguido com matérias bem apuradas". Messias considera que o jornalista está bem aparelhado para resolver esses dilemas: "Temos códigos de ética, temos manuais de redação que são muito bons, muito criteriosos, e reduzem essa margem de erro".

Ricardo Ferreira destaca que a relação com as fontes deve ser baseada no respeito. Segundo ele, o comportamento ético do jornalista também é essencial no tratamento das informações que ele vai receber, mensurando se vale a pena você divulgar: “Por exemplo, eu não divulgo seqüestro. Se a chefia de reportagem mandar divulgar, eu peço para colocar outro jornalista na matéria. Eu já cansei de ter matéria pronta e não divulgar nada. .Por que? É uma situação em que a vítima pode ser morta a qualquer momento”.

Ferreira também alertou para o risco da veiculação de matérias marcadas pelo sensacionalismo: “Sou totalmente contra o sensacionalismo. As pessoas já vivem num sistema que as coloca sob pressão. A sensação de medo é muito grande. Se você como órgão de imprensa, um formador de opinião, incute mais medo nas pessoas, pode criar o caos. A função do jornalista é outra. Dizer o que está acontecendo, é claro, mas de maneira séria, prestando um serviço a quem está te ouvindo”.

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A principal conclusão a que se pode chegar neste trabalho é que não há correta prática jornalista, entendida como a busca de notícias de interesse público, sem o trabalho de apuração. O repórter não pode abdicar do dever de buscar e conferir informações, comparar opiniões ou fontes divergentes e, obviamente, não se limitar à superficialidade e às generalizações.

Não são poucas as dificuldades que o repórter enfrenta para acessar os dados em poder da fonte, tanto no âmbito do poder público, como nas empresas e demais instituições privadas pelos interesses envolvidos e pelo receio de que a divulgação de determinados dados possa causar danos generalizados. Nesses casos, o repórter que conta com fontes confiáveis poderá recorrer ao off. Em todo caso é sempre necessário e imprescindível confirmar informação com outras fontes.

A ética na apuração da notícia exige que se tente ouvir, da maneira mais objetiva que a natureza humana possa permitir, todas as partes. Entretanto, a ética não pode ser integralmente generalizada em mandamentos. Após o trabalho de pesquisa, ficou a impressão de que a conduta ética dos jornalistas acaba sendo mais permeada menos pelas leis do que pela consciência do ofício.

São muitos os dilemas enfrentados diariamente pelos jornalistas. O direito manter sigilo sobre suas fontes; as razões que poderiam levar a quebra desse pacto; o uso de gravadores de som ou câmaras ocultas; a alegação de falsa identidade; a revelação de segredos de Estado, de atividades de agentes de segurança; a identificação de vítimas ou acusados de delitos infames; situações que dão margem a muita retórica e pouca certeza.

A preparação do jornalista é essencial para um bom trabalho de apuração. Sempre que possível, é importante esboçar um plano de trabalho prévio à pesquisa, a partir do momento que se sabe o que vai investigar. Nessa etapa também fica estabelecido o custo do trabalho a ser

coberto pelo jornal, o que vai decisivo para determinar se a apuração será feita por telefone ou no local do acontecimento. Com o trabalho em andamento ele adaptará as técnicas de apuração às circunstâncias para recolher os dados de que necessita.

Durante o trabalho de apuração surgem barreiras, algumas intransponíveis, que impedem resultados satisfatórios. As técnicas do repórter obedecem mais à intuição do que à reflexão. É preciso sentir, viver a matéria.

A fonte oficial tende a manter uma permanente disponibilidade de atendimento dos jornalistas e procura traçar antecipadamente a ocorrência de acontecimentos que a favoreçam, processando sistematicamente a informação que, depois, remetem aos jornalistas. O acesso dessas fontes aos jornalistas é muito mais fácil que o das anônimas, que geralmente são procuradas pelos reportes. Entre as duas partes há espaços de cooperação, negociação e luta, pois objetivos de fontes e jornalistas nem sempre coincidiriam.

Os jornalistas processam a informação de acordo com as suas crenças e os objetivos e a cultura da organização noticiosa que os enquadra. A autonomia dos jornalistas depende não apenas da esfera de liberdade inscrita na matriz cultural da organização noticiosa, mas também da cotação interna desses profissionais.

Observou-se ainda que o desenvolvimento do aparato tecnológico utilizado nas redações propiciou a diversificação das fontes. Mas a procura por novos ângulos de abordagem das histórias muitas vezes fica comprometida pelo acúmulo de pautas nas mãos de um mesmo profissional, devido à redução do número de profissionais nas redações.

Um tema tão complexo como o processo de pré-produção do texto jornalístico não poderia ser esgotado numa monografia. Muitas questões ainda precisam ser aprofundadas e até propostas. Como sugestão para estudos futuros, fica a idéia de fazer um estudo do desenvolvimento das técnicas de apuração ao longo dos anos. Esse era um dos objetivos do presente trabalho, mas, pela escassez de publicações sobre o tema ou mais provavelmente pela inexistência no processo de busca de informações por parte do autor, não foi encontrado material suficiente para elaborar um capítulo sobre a história da relação entre fontes e jornalistas.

Outra questão que merece estudo mais aprofundado é a que envolve a forma como o trabalho de apuração vem sendo feito por aqueles que veiculam textos informativos na internet. É correto classificar como jornalismo o trabalho feito pelos reportes da web e, principalmente, pelos blogueiros? O fato de se tratar de tecnologia em desenvolvimento, torna a permanente avaliação

do processo ainda mais pertinente. Após a leitura de vários autores, fica a impressão de que ainda é preciso aguardar a maior disseminação do acesso à internet – além da criação de critérios mais eficazes para avaliar a confiabilidade das informações oferecidas na rede – para avaliar se ela realmente poderá promover a democratização da cobertura jornalística.

Referências

ALTMAN, Fábio. **A arte da entrevista** – uma antologia de 1823 aos nossos dias. São Paulo: Scritta, 1995. 585p.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1982.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica – as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.

CASTILHO, Carlos. **Jornalismo online – um novo paradigma de credibilidade**. 2004. Disponível em:

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=300ENO001>>. Acesso em 12 de nov. 2004.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Sumus, 1986. 157p.

DUARTE, Alessandra. **Jornalistas políticos e suas fontes**. Orientador: Eduardo Refkalefsky. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2002. 79p.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estilo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992. 246p.

GUEDES, Estela. **Sobre entrevistas: experiências**. Rio de Janeiro, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. 2003. Disponível em:

<<http://bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.html>>. Acesso em 04 de nov. 2004.

- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. Rio de Janeiro: Ática, 1986.
- MEYER, Philip. **A ética no jornalismo** – um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 362p.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em ``tempo real''. O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.
- PASSOS, Alexandre. **A imprensa no período colonial**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling & KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Transformações da Comunicação: Ética e Técnicas**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
- PORTO, Sérgio D. **O jornal – da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002.
- PUCCININ, Fabiana. **Jornalismo online e prática profissional: questionamentos sobre a apuração e edição de notícias para web**. 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/puccinin-fabiana>>. Acesso em: 18 de out. 2004.
- RIBEIRO, Alex. **Os abusos da imprensa** – Caso Escola Base. São Paulo: Ática, 2000. 166p.
- SIMONE, José Fernando & MONTEIRO, Mariana. **Jornalismo Online. O futuro da informação**. Rio de Janeiro: Webmeio edições, 2001.
- SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.
- TRAMONTINA, Carlos. **Entrevista – a arte e as histórias dos maiores entrevistadores da televisão brasileira**. São Paulo: Globo, 1996.